



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

---

**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Ata da 194ª reunião ordinária, realizada em 8 de junho de 2022**

1 Em 8 de junho de 2022, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de  
2 Política Ambiental (Copam), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de  
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), em Belo  
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente  
5 Marília Carvalho de Melo, representante da Semad. Representantes do poder público:  
6 Pedro D'Angelo Ribeiro, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e  
7 Abastecimento (Seapa); Augusta Isabel Junqueira Fagundes, da Secretaria de Estado  
8 de Educação (SEE); Daniela Fernandes César, da Secretaria de Estado de Saúde (SES);  
9 Carolina Rocha Vespúcio, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade  
10 (Seinfra); Jadir de Assis, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese);  
11 Guilherme Augusto Duarte de Faria, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
12 Econômico (Sede); Leorges de Araújo Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo  
13 (Segov); Elisa Vieira Marques Brigagão Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF);  
14 Eduardo Leal Silva, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec); Edílio Ramos  
15 Veloso, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG);  
16 Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Lucas Marques  
17 Trindade (MPMG); Hilcélia Reis Teixeira, da Comissão de Meio Ambiente e  
18 Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG);  
19 Pedro Paulo Ribeiro Mendes de Assis Fonseca, do Ministério do Meio Ambiente  
20 (MMA); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM).  
21 Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da Associação Comercial e  
22 Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Antônio Pitangui de Salvo / Ana Paula Bicalho  
23 de Mello, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);  
24 Flávio Roscoe Nogueira, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais  
25 (Fiemg); Denise Bernardes Couto, do Conselho da Micro e Pequena Empresa da Fiemg;  
26 Afonso Correa Diana, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de  
27 Minas Gerais (Fetaemg); Alexandre Valadares Mello, do Instituto Brasileiro de  
28 Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário  
29 de Minas Gerais (CMI); Flávia Mourão Parreira do Amaral, da Associação Brasileira de  
30 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Ana Beatriz Rocholi, da Associação para  
31 Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca); Maria Dalce Ricas, da Associação

32 Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Bruno Machado Kraemer, do Espeleogruppo  
33 Pains (EPA); Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover);  
34 Adriana Alves Pereira Wilken, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas  
35 Gerais (Cefet); Lavínia Rosa Rodrigues, da Universidade de Minas Gerais (Uemg); Luís  
36 Antônio Coimbra Borges, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); João Augusto  
37 Hilário de Souza, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais  
38 (Assemg); Walkiria Lima Ribeiro Machado, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-  
39 MG); Talita Fernanda das Graças Silva, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos  
40 (ABRHidro). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino  
41 Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** Constatado o quórum regimental, a presidente  
42 Marília Carvalho de Melo declarou aberta a 194ª reunião ordinária do Plenário do  
43 Copam, de 08 de junho de 2022. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu gostaria de  
44 dar as boas-vindas a dois conselheiros que estão aqui pela primeira vez, são novos  
45 conselheiros no Copam. Antônio Pitanguí de Salvo, da Federação da Agricultura e  
46 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), seja muito bem-vindo. Emerson Roberto  
47 Guimarães Lima, da Secretaria de Estado de Educação, também seja muito bem-vindo.  
48 Vamos iniciar hoje a nossa reunião com duas homenagens muito importantes, para  
49 duas pessoas que tiveram e têm contribuição muito efetiva para a gestão ambiental  
50 no Estado de Minas Gerais. O primeiro deles, professor Octávio Elísio Alves de Brito,  
51 que nós recentemente perdemos para outro plano, foi uma pessoa que não só  
52 contribuiu para a política ambiental no Estado de Minas Gerais, mas para a política de  
53 ciência e tecnologia, foi deputado constituinte, pessoa que tem uma história de  
54 dedicação à gestão pública e com muita contribuição para o que nós temos hoje em  
55 termos de política pública de ciência e tecnologia, de educação e de meio ambiente no  
56 Estado de Minas Gerais. Nós gostaríamos de chamar a filha dele que hoje representa  
57 aqui a família para receber a homenagem da Secretaria e deste Conselho. A placa tem  
58 a seguinte mensagem: ‘Ficam aqui registrados nossa saudade, carinho e admiração  
59 para um homem que sonhou e agiu pelo melhor de Minas Gerais, do Brasil e do mundo,  
60 seguindo seu ideal e alcançando as estrelas. Eu sei que se conseguir ser fiel ao meu  
61 sonho ideal estará minha alma em paz quando chegar a minha vida ao final. Sonho  
62 impossível, baseado na obra de Cervantes’. Eu queria fazer aqui uma referência. Os  
63 dizeres dessa placa foram propostos por um amigo, Alexandre Magrineli, hoje em  
64 exercício do IGAM, que acompanhou o professor Octávio Elísio durante um período no  
65 Hidroex. Então fiz questão que ele escrevesse o que faríamos nessa placa, pela relação  
66 também de carinho que ele tem com Octávio Elísio, assim como eu”. Cristiana Ferreira  
67 Alves de Brito: “Só agradecer em nome de toda a família. Realmente as palavras foram  
68 muito pertinentes, porque ele era um fã incondicional de Dom Quixote, tinha uma  
69 coleção de Dom Quixote. Então eu gostaria muito de agradecer esse reconhecimento  
70 por uma vida dedicada às causas ambientais. Então, muitíssimo obrigada”. Presidente

71 Marília Carvalho de Melo: “Nós que agradecemos. O próximo homenageado, Carlos  
72 Alberto Santos Oliveira, atuou por mais de 20 anos como representante da Faemg nos  
73 Plenários do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e do Conselho Estadual de Política  
74 Ambiental e demais unidades colegiadas. O Carlos Alberto, desde o início das minhas  
75 atividades aqui como servidora de carreira também, a gente tem a honra de ter  
76 aprendido muito com ele, de ter sempre visto a sua participação muito pertinente,  
77 suas colocações e a sua construção para a política ambiental e de recursos hídricos no  
78 Estado de Minas Gerais. Eu queria também fazer justiça, essa proposta foi construída  
79 por mim, pela Ana Paula, da Faemg, de fazer essa homenagem, pela relevância do  
80 trabalho que o Carlos Alberto prestou para a área ambiental e de recursos hídricos no  
81 Estado de Minas Gerais. Então, Carlos Alberto, receba o nosso agradecimento. A placa  
82 diz: ‘O Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos agradece pelo trabalho  
83 exercido como conselheiro do Conselho Estadual de Política Ambiental e do Conselho  
84 Estadual de Recursos Hídricos. Seu compromisso e dedicação contribuíram de forma  
85 efetiva para o desenvolvimento da política ambiental no Estado de Minas Gerais”.

86 Carlos Alberto Santos Oliveira: “Boa tarde a todos. Eu fico muito feliz com esta  
87 homenagem gentilmente prestada pelo Sistema de Meio Ambiente de Minas Gerais,  
88 aqui na pessoa da Marília. Muito obrigado, boa sorte no trabalho na Secretaria.”.

89 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Carlos Alberto, obrigada pela boa sorte, mas  
90 nós queremos que a sua contribuição não termine aqui. Então sempre as boas críticas,  
91 as boas sugestões que podem vir de você, nós estamos sempre abertos para isso. A  
92 sorte é uma parte, mas vamos aprendendo com os bons professores, como você é e  
93 sempre foi aqui dentro do Sistema. Obrigada”. Exibição de vídeos institucionais.

94 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Nós vamos agora apresentar, rapidamente, dois  
95 vídeos institucionais. O primeiro é o vídeo da Operação Especial Preventiva Integrada  
96 de Fiscalização de Barragens. O Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos  
97 Hídricos realizou, na última semana de abril, a terceira edição da Operação Especial  
98 Preventiva Integrada de Fiscalização de Barragens. A ação conjunta do Estado  
99 promoveu, entre os dias 25 e 29 de abril, vistorias preventivas em 20 estruturas de  
100 contenção com alto potencial de dano ambiental e suas respectivas zonas de  
101 autossalvamento nos municípios de Paracatu, Brumadinho, Nova Lima e Três Marias.  
102 (*\*Exibido o vídeo*). O próximo vídeo institucional é do Programa Água Doce. É  
103 importante contextualizar, primeiro o Marcelo, depois o Rodrigo, como esse programa  
104 chegou até aqui. Quando eu estava ainda na gestão do Instituto Mineiro de Gestão das  
105 Águas, o Programa Água Doce era um programa sob responsabilidade da Secretaria de  
106 Cidades, um convênio com o governo federal sem execução, com R\$ 20 milhões em  
107 caixa e pedindo devolução desse recurso. Nós fizemos, ainda quando eu estava no  
108 IGAM, uma parceria com a Defesa Civil. Eu queria referenciar aqui o capitão Ocimar, o  
109 Charles, que na época nós trouxemos o Charles, hoje superintendente da Supram

110 Central, para dar apoio técnico a esse programa. E começamos a executar o programa  
111 ainda no IGAM. Quando assumi a Secretaria, o programa tinha uma aderência grande  
112 com saneamento. Nós trouxemos o programa para a Secretaria, para a Subsecretaria  
113 de Gestão Ambiental e Saneamento e hoje já estamos com obras prontas, a serem  
114 entregues. Ou seja, pegamos um convênio que estava parado desde 2012, recurso em  
115 conta, recurso a ser devolvido e hoje começamos a entregar para a sociedade,  
116 especialmente para aquela região que tanto carece de abastecimento público, que é o  
117 Norte de Minas, os sistemas de tratamento de água no Semiárido de Minas Gerais.  
118 'Neste mês de maio começaram as obras para implementação do sistema de  
119 dessalinização de água no Semiárido de Minas Gerais, tornando apta ao consumo  
120 humano. Cerca de 140 famílias das comunidades de Ingazeira e Vila do Cristino, no  
121 município de Mato Verde, Norte de Minas, irão receber as intervenções, que fazem  
122 parte do Programa Água Doce. O sistema de dessalinização do PAD é uma das  
123 melhores tecnologias de remoção de sal de água do mundo, fornecendo água potável  
124 de qualidade para as comunidades atendidas pelo programa". (*\*Exibido o vídeo*). **3)**  
125 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Tobias Tiago  
126 Pinto Vieira (Mover): "Primeiramente, Marília, é um prazer estar aqui novamente no  
127 Conselho maior do nosso Estado, local em que realmente temos que discutir algumas  
128 coisas, passar experiências e até mesmo falar um pouco dos planos futuros. Primeiro  
129 quero, antes de mais nada, parabenizar os homenageados de hoje, em especial, meu  
130 amigo e companheiro de longa data, o Carlos Alberto, que sempre respeitosamente,  
131 mesmo discordando de vários pontos, mesmo discutindo, no bom sentido, buscamos  
132 participar sempre, estar sempre juntos nas discussões. Isso é muito importante, ter a  
133 fraternidade entre os conselheiros e esse respeito que sempre tivemos. Então, Carlos  
134 Alberto, sinta-se abraçado por mim. Você é um grande merecedor disso aí. Segundo,  
135 eu quero comentar eu acho que um ponto muito polêmico, que todo mundo percebeu  
136 no nosso último mês de Conselho, últimos dois meses, que foi a aprovação do processo  
137 na serra do Curral. Eu sou conselheiro da CMI, participei da referida reunião, fui um  
138 dos que pediram vista do processo, discordei, votei contra. Mas, sem críticas ao  
139 Estado, eu quero neste momento trazer reflexão só dos comportamentos nos  
140 conselhos. Eu acho que nunca foi tão difícil ser conselheiro representando a sociedade  
141 civil, e ver numa reunião a manifestação imensa da sociedade contra o  
142 empreendimento. Foi a primeira vez, da minha carreira de conselheiro aqui, que eu vi  
143 essa participação desse jeito, e mesmo assim não termos o que fazer. Nós vimos  
144 manifestações que mexeram muito com a gente, mas mesmo assim o processo seguiu  
145 em frente, seguiu o rito normal. Mesmo com algumas dúvidas dentro do processo, o  
146 processo foi aprovado. Então, realmente, é um desabafo de um conselheiro que ficou  
147 extremamente decepcionado. E ainda, ao final da reunião, eu até dispus de minha  
148 cadeira, falei 'cara, não está fazendo sentido participar aqui'. Mas depois, repensamos,

149 e a Ana Beatriz, a Bia, da ProMutuca, que está aqui também, participou conosco, nós  
150 nos reunimos várias vezes para decidir se íamos continuar ou não na CMI até o fim do  
151 mandato. E decidimos continuar porque entendemos que a luta continua. E mesmo  
152 que tenhamos derrotas pelo caminho, que atropelos aconteçam, nós temos muito a  
153 construir. Eu acho que não jogamos tudo fora simplesmente porque perdemos a  
154 votação, e a construção continua. Eu não vou falar que a luta continua porque isso aqui  
155 não é um ringue. E é ainda nesse ponto que eu quero me direcionar muito  
156 especificamente aqui ao Flávio Roscoe, da Fiemg, ao pessoal do Ibram, dos setores aí,  
157 que isso aqui e as câmaras técnicas não são ringues. E aí eu peço, cordialmente, Flávio,  
158 eu reconheço, tenho uma admiração enorme pelo seu currículo, tenho uma admiração  
159 enorme pela Fiemg e peço, por gentileza, que eventualmente converse com seus  
160 conselheiros para que tratem-nos com cordialidade, assim como nós tratamos. Em um  
161 passado recente nós tínhamos uma sociedade civil que eventualmente agredia a  
162 Fiemg, mas não é o que a gente faz. E não é possível que teremos que viver em um  
163 ringue dentro de um conselho. Podemos discordar, eu sou uma mente pensante, assim  
164 como o conselheiro de vocês é uma mente pensante. E vocês podem discordar do que  
165 a gente fala, mas tratem com respeito. É um pedido que eu faço porque, mais uma vez,  
166 o que a gente faz aqui dentro não é trocar porrada, isso aqui não é um ringue. A gente  
167 tem que trabalhar para construir mesmo com as divergências. É um pedido, eu não  
168 quero, de forma nenhuma, agredir você, Flávio, de forma nenhuma, é só um pedido  
169 para a instituição, para conversar com seus conselheiros que muitas vezes ameaçam  
170 colocar na justiça, ameaçam que falamos alguma coisa ou agredimos alguém. Então  
171 está na hora de parar com isso, vamos pacificar o Conselho para não gerar mais  
172 estresse, para não dificultar o nosso trabalho. Eu acho que isso aqui é um trabalho,  
173 tem que ser levado com seriedade e não é um palanque, não é um lugar de trocar  
174 porrada. E é só mesmo ter cuidado nessas condutas dos demais parceiros que também  
175 têm cadeira nos conselhos, assim como eu me direciono à sociedade civil. Nós vimos  
176 a sociedade civil manifestar contrário, mas vimos também uma parte muito triste, que  
177 nós vimos a sociedade civil agredir os conselheiros. Eu acho que isso foi muito pesado.  
178 Eu acho que para a gente seguir em frente, depois do que aconteceu, a gente precisa  
179 de muita união e de estarmos alinhados pensando na sustentabilidade. Não é pensar  
180 que o lado 'a' vai ganhar do lado 'b' ou fulano vai ganhar e outro vai perder, nós temos  
181 que pensar na sustentabilidade, no meio ambiente, nas coisas que vamos fazer de  
182 agora para frente, o que vamos deixar para a geração futura. E ao mesmo passo a  
183 sociedade civil não pode esquecer que quem está no conselho é uma instituição, não  
184 é um conselheiro. Se alguém discorda de algum posicionamento de alguma instituição,  
185 manifeste para a instituição. Eu vi publicações mostrando o rosto dos conselheiros,  
186 isso é muito triste. É válida a manifestação da sociedade? É válida. Mas aí passa do  
187 ponto, eu acho que a gente traz um prejuízo maior do que uma conquista com esse

188 tipo de atitude. Mas são reflexões que eu trago neste momento, secretária, e mais  
189 uma vez eu quero dizer que a sociedade civil participante nas câmaras, enquanto o  
190 Tobias estiver aqui, com certeza, vocês podem contar com o diálogo aberto e  
191 respeitoso. Eu acho que isso é prerrogativa mínima para qualquer discussão e assim  
192 deve continuar, para que a gente lembre o que vamos deixar para as gerações futuras  
193 e, sim, dar voz e vez para aqueles que não têm voz e vez, que são os animais e as  
194 plantas”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, conselheiro Tobias. Eu vou  
195 fazer breves colocações antes de passar, primeiro, a palavra ao conselheiro citado, e  
196 depois eu vou seguir as inscrições. Conselho Tobias, eu acompanhei de perto – eu  
197 estava aqui na rodoviária junto com a equipe – a votação que aconteceu no dia 24, se  
198 não me engano, 24 ou 29/4. Então tem um mês e dez dias da votação. Sempre  
199 importante fazermos uma retrospectiva, eu fico, inclusive, à disposição deste Conselho  
200 para trazermos uma apresentação sobre o processo de licenciamento para o Copam.  
201 A função nossa, enquanto órgão técnico de apoio a decisão deste Conselho, é de  
202 analisar os aspectos técnicos, o rito administrativo e os requisitos jurídicos que se  
203 relacionam ao processo de licenciamento ambiental. Isso foi feito, conselheiro Tobias,  
204 com muito cuidado pela nossa equipe, com muito espero pela nossa equipe. E isso  
205 hoje é comprovado porque passados um mês e dez dias da autorização que este  
206 Conselho deu, porque quem autoriza a licença não é a Semad, é este Conselho, a partir  
207 de um parecer técnico... E lembrando também que é um processo que começou a  
208 tramitação em 2014 na Semad, foi readequado a partir de considerações da própria  
209 equipe, foram 128 pedidos de informação complementar, até de fato a equipe se  
210 sentir segura. Estudos que normalmente não são exigidos em processo de  
211 licenciamento foram exigidos para também dar maior segurança à equipe, como por  
212 exemplo o estudo de visada, que não é um estudo normalmente exigido no processo  
213 de licenciamento. Então nós da Secretaria de Meio Ambiente, enquanto órgão técnico  
214 de apoio a este Conselho, estamos à inteira disposição, Tobias, que, quando você  
215 coloca que há dúvidas, eu gostaria que você explicitasse quais são essas dúvidas, do  
216 ponto de vista técnico, para que possamos também responder objetivamente as  
217 questões. Então esse é o primeiro ponto que eu gostaria de deixar. Então, passados  
218 um mês e dez dias da concessão da licença por este Conselho, 11 processos judiciais,  
219 nenhuma liminar ainda concedida. Então isso mostra, mais uma vez, o cuidado, o zelo  
220 e o esmero da equipe técnica do Sisema no trato dos seus pareceres técnicos. A  
221 decisão do Copam é uma decisão legítima pela função que o Copam tem dada pela  
222 legislação. Antes de passar para o conselheiro citado, eu quero mencionar, Tobias, que,  
223 da mesma forma que você coloca, eu e toda a minha equipe aqui, é o meu cargo, eu  
224 estou exposta a essas questões, porque faz parte das minhas funções, mas a minha  
225 equipe não precisava passar por que passou. E uma coisa é se discutir tecnicamente o  
226 tema, que foi isso que eles fizeram; outra coisa é receber no Instagram mensagens

227 como ‘quanto custou a licença?’, ‘quanto você ganhou?’, ‘eu sei onde seu filho estuda’,  
228 coisas desse tipo que eu e a minha equipe recebemos durante um longo período na  
229 semana subsequente à concessão dessa licença. Então de fato nós vivemos numa  
230 sociedade muito raivosa, em que as discussões não são discussões racionais. E da  
231 mesma forma que você coloca, o governo do Estado de Minas Gerais colocou a  
232 Advocacia Geral do Estado à disposição da nossa equipe para também fazer valer os  
233 direitos da nossa equipe, que também tem direitos. Então, na mesma forma da sua  
234 manifestação, eu queria deixar aqui registrado neste Conselho, como presidente deste  
235 Conselho, mas mais como responsável pela gestão técnica que a Semad hoje é  
236 conduzida e sempre foi, com seu papel de análise técnica e de muito esmero da equipe  
237 que eu tenho muito orgulho de hoje estar na frente na Secretaria. Então, Tobias, eu e  
238 toda a equipe da Semad, da Suppri, o Ribas, todos que assinaram o parecer, estamos  
239 à disposição para que você possa apresentar objetivamente os pontos de dúvida que  
240 você trouxe para que possamos esclarecer, inclusive, publicamente. Eu vou te dar a  
241 palavra, conselheiro Tobias, porque eu te citei, mas primeiro vou dar a palavra ao  
242 conselheiro Flávio, que você citou”. Conselheiro Flávio Roscoe Nogueira (Fiemg): “Boa  
243 tarde a todos. É um prazer enorme estar aqui novamente neste importante Colegiado  
244 que é muito relevante para o desenvolvimento do meio ambiente em Minas Gerais.  
245 Conselheiro Tobias, eu fiquei feliz com a parte final da sua fala, porque demonstrou  
246 empatia com seus outros conselheiros, colegas. E eu acho que deveria haver uma  
247 manifestação de todos os conselheiros, mesmos os que votaram contrário, contra as  
248 ações que foram feitas naquele dia, naquele conselho, porque as opiniões e os votos  
249 técnicos não podem ser prejudgados pela sociedade, que muitas vezes não tem  
250 nenhum embasamento técnico para fazê-lo, nem as pessoas nem os conselheiros  
251 podem ser perseguidos nas suas pessoas físicas. Nós temos conselheiros aqui  
252 ameaçados fisicamente, recebendo inúmeras ameaças pela internet, pelas suas mídias  
253 sociais. Isso é inconcebível na democracia. E eu acho que o Conselho como um todo, a  
254 CMI, deveria se manifestar, todos sem exceção, os 12, deveriam se manifestar  
255 contrários a esse tipo de colocação, contrários à colocação de que foram vendidos,  
256 porque não foram, todos sabem disso. Quem tem competência técnica, capacidade  
257 técnica, sabe que foi uma decisão técnica. Você pode discordar tecnicamente, mas não  
258 tem nada no projeto, do ponto de vista técnico, que o torna inviável. E as  
259 manifestações perseguindo conselheiros, manchando a reputação de conselheiros  
260 deveriam ser repudiadas por todos os conselheiros, independente do seu  
261 posicionamento no processo, porque amanhã pode ser o seu posicionamento  
262 questionado ou pode ser de outro colega, e nós não podemos incentivar esse tipo de  
263 postura por parte da sociedade civil. Lembrando, apenas para falar que a sociedade se  
264 manifestou, quando você colocou aqui que a sociedade foi lá e se manifestou, é uma  
265 parcela da sociedade, induzida, foi lá com um objetivo predeterminado, e, em última

266 instância, se for analisar, o lixamento é uma atitude da sociedade que, em  
267 determinado momento, resolveu em algum momento fazer justiça com as próprias  
268 mãos. Nem por isso é aceitável no Estado de Direito. Então a manifestação no órgão,  
269 é um órgão competente, é um órgão técnico, é um órgão que deve ser defendido para  
270 que tenhamos o desenvolvimento do meio ambiente. As colocações de muitas das  
271 pessoas que foram lá é que são ameaças, ameaças aos conselheiros, inclusive feitas  
272 durante a própria audiência. E eu tenho certeza que alguns de vocês presenciaram  
273 essas ameaças. Não vou dizer que todas, porque demorou 20 horas – em algum  
274 momento alguém sai da sala ou vai ao banheiro. Mas eu digo que esse comportamento  
275 é inaceitável e todos os conselheiros deveriam repudiar esse comportamento. Uma  
276 declaração eu acho que é uma boa iniciativa, de fazer uma declaração conjunta  
277 defendendo o Conselho, porque o Conselho não precisa ter uma posição uníssona nas  
278 suas decisões, mas tem que ter na defesa do Conselho em si. Isso é algo que eu acho  
279 que não se pode abrir mão de que cada conselheiro possa expressar a sua opinião de  
280 maneira livre e também de acordo com a sua consciência. Dito isso, a Fiemg tem um  
281 código de conduta que todos nós funcionários temos que seguir, não são os membros  
282 do Conselho, são os 7.200 funcionários. Então, no caso, Tobias, você falou que os  
283 conselheiros da Fiemg fazem um ringue nas reuniões de conselho, então, se você tiver  
284 – e geralmente as reuniões de conselho são gravadas – algum comportamento  
285 inadequado, você pode remeter diretamente aqui para o gabinete da presidência, que  
286 as atitudes serão tomadas. Aqui é uma instituição séria. Mas o conselheiro se defender  
287 e dizer aqui ‘olha, não fale isso’, se você está me acusando cometendo crime etc., que  
288 eu vou recorrer à Justiça, isso não é ameaça, isso é o Estado de Direito. Eu mesmo  
289 defendo isso. Nós estamos no Estado Democrático, todo mundo pode falar o que  
290 quiser, mas responda pelo que falou. Tem que ser da verdade, tem que estar  
291 adequado. Isso não tem dúvida, você pode chegar aqui e falar o que você quiser, desde  
292 que você possa provar o que você está falando. Se você ferir a minha honra em  
293 determinado momento, eu tenho direito, sim, de recorrer à Justiça, e os meus  
294 conselheiros também terão esse direito. Eu entendo assim. Nós vamos dar suporte  
295 jurídico para isso. Agora, dentro de um debate normal, dentro de uma coisa técnica,  
296 obviamente, isso nunca será feito nem sequer cogitado. Então, se tiver algo de  
297 concreto que você possa apresentar, lembrando que as reuniões são gravadas, você  
298 pode encaminhar aqui que nós vamos estudar e, dependendo, vamos tomar as  
299 medidas necessárias. Os nossos profissionais são profissionais treinados, são técnicos,  
300 com formação adequada, e até hoje eu nunca tive nenhuma queixa concreta, com  
301 provas, com relação a ameaça ou ataques motivados a outras pessoas. Se você tiver,  
302 basta me encaminhar aqui, e vamos fazer a nossa análise, e eu te dou feedback. E  
303 gostaria que todas as instituições que participassem tivessem esse comportamento  
304 também. Eu acho que é desejável, porque muitas vezes o ringue – minha mãe já dizia

305 que quando um não quer dois não brigam – não é só de uma parte. Eu mesmo fui a  
306 uma audiência na Assembleia e fui atacado inúmeras vezes. Não retruquei ataque  
307 baixo de ninguém, simplesmente cumpri lá o meu papel, defendi o meu ponto de vista,  
308 respeitando a todos e todas que estavam presentes. E essa atitude nós sempre  
309 contamos com ela por parte dos nossos conselheiros. E aí quero dizer que eu acho que  
310 é uma hora oportuna que os conselheiros do Copam, todos que votaram contrários ou  
311 favoráveis, façam uma nota em defesa do órgão e da instituição e também da  
312 integridade física e moral dos conselheiros. Eu acho que isso seria uma atitude louvável  
313 por parte dos que foram votos vencidos, mas entendem que foi uma decisão  
314 democrática e republicana. E lembrando que muitas vezes a sociedade é movida por  
315 opiniões, pela mídia e não necessariamente pela verdade. Muitas vezes atos falsos,  
316 palavras falsas são jogadas e fazem com que a sociedade se mova em uma direção que  
317 não é adequada. Tendo dito isso, podem contar com apoio da Fiemg para que as nossas  
318 discussões sejam sempre de alto nível e respeitando os conselheiros mutuamente. Um  
319 grande abraço a todos”. Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira (Mover): “Marília,  
320 somente para responder a sua colocação, talvez eu usei a palavra mal colocada, mas  
321 foram questões, dúvidas levantadas durante a reunião e devidamente respondidas.  
322 Isso não quer dizer que são questões abertas ou dúvidas quanto ao processo.  
323 Simplesmente são questões que apareceram dentro do processo, dúvidas e  
324 questionamentos. Até tenho uma proximidade muito grande, uma admiração muito  
325 grande pelo Rodrigo Ribas, que conversamos no momento da reunião, e foi tudo  
326 respondido. Eventualmente, se tivermos mais algum questionamento, obviamente,  
327 vamos levar de forma muito concreta ao Rodrigo, o que sempre fizemos e sempre  
328 vamos fazer”. Conselheira Flávia Mourão Parreira do Amaral (Abes): “Boa tarde,  
329 presidente, secretária Marília Melo, e demais conselheiros. Eu queria inicialmente  
330 parabenizar pela homenagem de hoje. Doutor Octávio Elísio, com quem eu tive a  
331 oportunidade de conviver mais recentemente nessa última etapa da vida dele, mais  
332 proximamente, como também o Carlos Alberto, que já acompanhei no Conselho, duas  
333 pessoas que representam muitos os interesses que precisam ser defendidos e o  
334 comportamento que devemos adotar quando estamos lidando com a coisa pública.  
335 Mas eu queria me manifestar mesmo é com relação a esse mesmo processo. Primeiro  
336 a minha solidariedade ao Tobias, ao posicionamento dele, que nós acompanhamos, e  
337 a minha solidariedade também a todos os técnicos da Secretaria que atuaram nesse  
338 processo, que eu acho que a defesa foi profissional, correta. Não podemos criticar. E  
339 eu também abomino essas reações que aconteceram tanto por parte da sociedade civil  
340 quanto de outros, esses ataques que propiciam um linchamento público. Eu acho que  
341 realmente não é esse o comportamento, sair pregando fotos nos lugares. Imagina os  
342 filhos dessas pessoas como é que estão se sentindo, como é que vão justificar para  
343 seus colegas que o pai não fez nada errado e a mãe não foi nada errado e votou num

344 processo de licenciamento. E eu também como funcionária pública, a gente responde  
345 pelas atitudes, não só no momento, mas para a vida toda, mas nós temos  
346 procedimentos próprios, a nossa sociedade tem procedimentos próprios para  
347 investigar as condutas inadequadas. Tanto o nosso código de ética e nossa legislação  
348 também preveem isso. Mas eu entendo que nesse processo de licenciamento tem pelo  
349 menos uma questão que passou de uma forma muito superficial, e é uma questão  
350 exatamente a principal, que tem mobilizado tanto as manifestações, sejam reuniões  
351 públicas, sejam audiências públicas na Assembleia Legislativa, na Câmara Federal, na  
352 Câmara Municipal de Belo Horizonte, e tantas outras manifestações, que é o objeto  
353 que está sendo mexido, que é um objeto referencial do ponto de vista da cultura e da  
354 paisagem não só de Belo Horizonte, mas da região metropolitana. Estou falando assim,  
355 mexer na serra do Curral. E aí não basta só reservar uma moldura, não basta só pensar  
356 nas visadas da serra do Curral de quem está em Belo Horizonte. Esse objeto que tem  
357 que ser preservado é um conjunto, é uma serra, que é de minério de ferro e tem uma  
358 Mata Atlântica importante, embora essa Mata Atlântica esteja na vertente de Nova  
359 Lima. Então tem essa questão de mexer num objeto significativo, referencial para a  
360 população da região metropolitana, que eu acho que o processo de licenciamento não  
361 abordou de uma forma adequada e remeteu isso para o Iepha e para o Iphan, que nas  
362 suas esferas estão adiando o processo de tombamento. E teve isso, essa reação,  
363 infelizmente, às vezes exagerada, mas é uma reação legítima das pessoas que têm uma  
364 forte identidade com o que significa a serra do Curral no processo de formação da  
365 cidade e no nosso cotidiano. Em decorrência disso, tem várias ações judiciais que  
366 foram impetradas e também vários recursos administrativos. Um desses recursos, que  
367 eu até queria saber informações, que foi impetrado pela deputada estadual Beatriz  
368 Cerqueira e pelo deputado federal Rogério Correia, no dia 18 de maio. Lógico, é um  
369 recurso administrativo contra a concessão da licença, que deverá ser analisado pela  
370 CNR. Ainda não está pautado. E o Rogério Correia – e eu também – questionou se isso  
371 não merecia ser analisado por um plenário mais representativo da sociedade civil.  
372 Embora o Regimento do Copam não preveja isso, eu pergunto se não caberia  
373 avocarmos esse tipo de decisão para o Plenário do Copam. O que o Regimento prevê  
374 é que cabe apenas avocar a decisão quanto a atos normativos que estejam em  
375 tramitação na CNR, mas eu acho que até já conversamos na reunião passada, lembro  
376 que era a conselheira Maria Teresa reclamando da falta de poder decisório do Plenário  
377 do Copam atualmente, que assistimos à apresentação das políticas, damos algum  
378 palpite, mas não temos um poder decisório no Plenário, que hoje é tão representativo.  
379 Então eu queria deixar essa indagação com relação a essas competências que são  
380 dadas hoje ao Plenário do Copam, mas eu gostaria, se possível, de ter algum retorno  
381 com relação à tramitação desse recurso administrativo e de outros que foram  
382 apresentados, mas em especial desse primeiro, que eu tenho notícia, que foi

383 anunciado na audiência pública da Câmara Federal, qual é a situação e quando ele será  
384 apreciado. Então, muito obrigado, e mais uma vez manifesto aqui minha solidariedade  
385 a toda a equipe da Semad que participou desse processo de licenciamento, meu  
386 respeito a todos os conselheiros que votaram a favor ou contra, cada um com seus  
387 motivos. E se, de alguma forma, pudermos fazer alguma moção com relação à defesa  
388 do papel do conselheiro, eu me coloco a favor”. Presidente Marília Carvalho de Melo:  
389 “Obrigada, conselheira Flávia. Eu vou trazer aqui alguns esclarecimentos. Primeiro,  
390 antes de falar sobre a competência do Copam, que você menciona que o processo de  
391 licenciamento não abordou adequadamente a questão da proteção da serra enquanto  
392 seu papel cultural para o município, esse é um ponto que é até importante. Nós  
393 estamos no Copam, num Conselho que tem uma função de discutir e propor políticas  
394 ambientais. Então, Flávia, eu não acho que este Conselho é esvaziado, talvez o que eu  
395 acho é que falta proposição de pautas neste Conselho vindas do Conselho. Eu já fiz  
396 essa crítica ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em que eu participava muito  
397 diretamente, que eu falava para eles que tinha a inversão de lógica: quem pautava a  
398 política era a Secretaria Executiva. Então nós trazemos temas aqui o tempo inteiro para  
399 vocês discutirem. E aqui no Copam, que agora estou mais no dia a dia, a mesma coisa.  
400 Eu nunca recebi de um conselheiro uma proposta ‘olha, nós precisamos discutir uma  
401 regulamentação x, y, z. Podemos trazer uma proposta, podemos criar um grupo de  
402 trabalho?’ Isso, pelo menos durante o período que estou aqui na Secretaria, nunca  
403 chegou. Então eu acho que é até uma provocação importante para este Conselho  
404 enquanto proponente de política pública de meio ambiente no Estado. Sobre abordar  
405 temas no licenciamento que não são temas de licenciamento, que são temas de outros  
406 instrumentos, essa confusão, antes mesmo do processo da Tamisa, nós discutimos  
407 muito aqui dentro, inclusive com a Mila, que é doutora no tema de patrimônio, porque  
408 a gente acaba que confunde um pouco os instrumentos. O tombamento, por exemplo,  
409 não é um instrumento de política ambiental, não é um instrumento a ser utilizado para  
410 proteção ambiental. É um instrumento de política de patrimônio, e o meio ambiente  
411 tem os seus próprios instrumentos de proteção, as unidades de conservação de  
412 proteção integral e de uso sustentável. Nós temos uma crítica, inclusive, conceitual,  
413 sobre licenciamento, que o licenciamento virou o que virou porque buscou resolver  
414 problemas que estão para além da esfera do licenciamento ambiental, para além da  
415 competência legal do licenciamento ambiental. Então nós fomos inchando tanto o  
416 licenciamento. Por falta de política pública de uso e ocupação do solo adequada, por  
417 falta de política de patrimônio adequada, puxou-se para o licenciamento ambiental a  
418 solução de todas essas questões. E nós enquanto administradores – você também é  
419 servidora de carreira, como eu –, e nós aprendemos isso também como engenheiras  
420 que somos, tivemos que estudar um pouco sobre direito administrativo, direito  
421 público, eu não posso criar regras em um instrumento como o licenciamento

422 ambiental. O que eu posso é observar as regras vigentes. A lei proíbe a instalação da  
423 atividade de mineração naquele local? Não. Eu concordo com você, tem até  
424 manifestação pública do governador sobre isso, o que foi tombado é o que foi  
425 observado no processo de licenciamento. Se tivesse um tombamento diferente do que  
426 tem hoje, que preserva a visada etc., isso também seria observado. Não foi porque nós  
427 temos que nos restringir ao que a lei determina. Se não proíbe, o que nós temos que  
428 fazer é trazer as exigências para cumprir os padrões ambientais vigentes. Então eu  
429 acho que é importante colocar esse ponto, a discussão com o secretário Leônidas, com  
430 a minha xará agora que assumiu o Iepha, que até de longa data nós conhecemos, uma  
431 atuação no sistema Crea em Minas. Então lá está a discussão do que vai continuar no  
432 processo de tombamento. Então essa é a primeira coisa. Sobre competência do  
433 Copam, nós temos uma lei de 2016, a Lei 21.972, que no seu Artigo 14 vai falar sobre  
434 as competências. Então ela é a nossa primeira base, depois veio o decreto que  
435 regulamentou, e tem o Regimento do Copam. Hoje a competência é da câmara onde  
436 foi votada. E existe essa instância recursal que é a CNR. Hoje, Flávia, nós temos 51  
437 recursos apresentados. Então nós não vamos ter condição agora de te responder  
438 especificamente sobre um e sobre outro, porque a nossa equipe técnica, a nossa  
439 equipe jurídica está analisando esses 51 recursos que foram apresentados em relação  
440 a essa licença. Então a Secretaria Executiva, a Valéria está aqui do lado, a equipe dela  
441 e as equipes técnicas que participaram do processo estão analisando. E tão logo  
442 tenhamos essa análise concluída, obviamente, esse assunto retornará à CNR. Sobre a  
443 sua consulta sobre avocação ou não, volto a dizer: as normas vigentes hoje são essas,  
444 a CNR, como instância recursal, e a câmara da atividade própria que aprova o  
445 licenciamento. Obviamente, pode-se fazer uma discussão, mas não retroagindo a uma  
446 definição legal que aqui está posta hoje. Mas nós ficamos à disposição. Inclusive, se  
447 você quiser fazer uma consulta formal, também podemos fazer uma consulta à  
448 Advocacia Geral do Estado, trazer subsídios ou uma análise mais ampla sobre essa  
449 questão que você coloca de possibilidade ou não de avocação. São esses  
450 esclarecimentos que eu queria dar neste momento”. Conselheira Maria Dalce Ricas  
451 (Amda): “Primeiro, eu queria fazer coro às palavras do Tobias no que se refere tanto  
452 às questões que aconteceram durante a reunião de concessão da licença à Tamisa  
453 quanto às ameaças – nós já sabíamos, já tinha saído na imprensa – que foram  
454 encaminhadas anonimamente aos técnicos, à pessoa da própria Marília. Nós também  
455 concordamos 1.000% que isso é indigno realmente no regime democrático. Como  
456 disse, acho que foi Voltaire, ‘eu não concordo com uma palavra do que você diz, mas  
457 eu daria minha própria vida para que você tenha direito de dizê-lo’. Então realmente  
458 isso é inadmissível, mesmo que discorde, é inadmissível. Isso me lembra até,  
459 tristemente, quando as pessoas ainda no Brasil falam que o regime militar tinha que  
460 voltar, fazem coro com o atual presidente da República. Eu que vivi a época da ditadura

461 fico pensando, as pessoas que falam isso talvez não saibam o que é ter medo de falar  
462 e ser preso por causa disso. Então realmente é lamentável. Eu faço coro ao Tobias e a  
463 todos aqueles que protestaram contra ameaças vindas de qualquer lado. E queria só  
464 lembrar uma coisa também, sabe, gente. Quando a Heineken resolveu não se instalar  
465 em Pedro Leopoldo não foi por causa de embargo do ICMBio nem foi por causa  
466 provavelmente dos questionamentos da sociedade. Claro que isso pesou. Mas foi uma  
467 decisão da empresa de se retirar do município provavelmente por questões de  
468 marketing, uma empresa que depende muito do consumidor final, estar muito perto  
469 e tudo. E, no entanto, a Fiemg entrou com uma ação judicial pedindo indenização ao  
470 ICMBio porque o ICMBio embargou a obra. A empresa tinha licença do Copam e uma  
471 liminar cassando a ação do ICMBio. Então ela saiu por livre e espontânea vontade, e  
472 agora a Fiemg quer que o ICMBio indenize o município. Eu discordo disso e não acho  
473 que isso seja realmente uma coisa certa. Dito isso, Marília, eu não duvido do  
474 entendimento dos técnicos, da equipe técnica, de que todos os ritos, como você disse,  
475 técnicos jurídicos foram cumpridos. Sem qualquer dúvida. Mas há muito tempo se  
476 parou de falar de uma coisa muito interessante que é a licença social para  
477 empreendimentos e que é uma coisa que, a meu ver, tem a ver diretamente com  
478 políticas ambientais e até outros tipos de políticas. Então, mesmo que todos os ritos  
479 técnicos tenham sido obedecidos, e jurídicos, e a licença social? Nós vimos que a  
480 licença social não foi buscada e agora tivemos uma baita reação da sociedade em  
481 relação ao assunto. Eu confesso a vocês que nós não temos conhecimentos suficientes  
482 de todo o parecer, todo o rito do processo, mas uma coisa nós temos certeza, a  
483 instalação da Tamisa naquele local vai, digamos assim, impedir ou dificultar de forma  
484 extrema uma possível conectividade entre o Parque Estadual da Baleia e outros  
485 ambientes naturais com a destruição daqueles 44 hectares de Mata Atlântica. A  
486 princípio, eu acho que isso é motivo para que o parecer técnico do Estado fosse  
487 contrário à instalação do empreendimento. Nós não temos nada, nada contra a  
488 mineração. Pelo contrário, a mineração está na base praticamente de todas as  
489 atividades humanas. Realmente, principalmente o minério de ferro é um bem  
490 realmente necessário a todas as atividades humanas, está presente em tudo que nós  
491 fazemos, compramos, utilizamos etc. Mas há locais em que os valores culturais, sociais,  
492 históricos, na nossa opinião, são maiores que os valores econômicos. Em nosso  
493 entendimento, a Tamisa adequa-se a esse parâmetro. Eu acho que a Flávia expressou  
494 muito bem que o licenciamento poderia ter considerado mais esses aspectos históricos  
495 e culturais. Eu acho, Marília, que o governo do Estado – independente de as ações  
496 judiciais impetradas, digamos, serem aceitas pela Justiça, e a licença, suspensa –  
497 deveria procurar um caminho necessariamente para atender o clamor social, mesmo  
498 exagerado, como disse a Flávia, em relação à concessão da licença. Realmente eu acho  
499 que foi um erro político, que no mínimo deveria ter sido amenizado com uma baita

500 discussão da sociedade, que, desde que a Tamisa começou a pleitear a licença, as  
501 questões têm sido levantadas. Então eu realmente lamento e faço coro com aqueles  
502 que são contra a licença concedida. Não duvido, como eu disse, do parecer técnico.  
503 Tecnicamente, em termos de engenharia, nós sabemos que muita coisa pode ser  
504 resolvida, o minério pode ser tirado de forma correta, não vai ter nenhuma ameaça às  
505 adutoras etecetera e tal, mas essas são as questões que foram colocadas. E só  
506 terminando esse assunto, Marília, eu queria lembrar uma coisa que você falou  
507 também. Eu concordo com você que o licenciamento ambiental não resolve tudo.  
508 Claro que não resolve tudo. Mas aí nós chegamos ao ponto central dessa questão da  
509 Tamisa. A serra do Curral é um patrimônio não é só de Belo Horizonte, ela é do Estado,  
510 é intermunicipal, ela pega diversos municípios e é um patrimônio forte, muito forte  
511 mesmo, que deveria já ter merecido uma política do Estado mais forte de proteção.  
512 Ela agora tem mais uma autorização de mineração, está sendo invadida, invasões  
513 urbanas, até desova de cadáveres, lixo, muita coisa. Não há uma política de proteção  
514 da serra do Curral. Eu concordo com você, ali deveria ter uma política de ordenamento  
515 de uso do solo compatível com a proteção da serra. Aí eu acho que esse é mais um  
516 erro do governo do Estado ao ter emitido parecer favorável à licença desconsiderando,  
517 na minha opinião, a sua função acima dos municípios de realmente proteger  
518 patrimônios como esse. Então eu acho que esse argumento deveria ter sido utilizado  
519 ao contrário, não para justificar a licença, mas para talvez impedir a concessão da  
520 licença. Agora o segundo assunto que eu queria colocar, gente, não sei se pelo menos  
521 não é do conhecimento de todos vocês, talvez nem da Marília, porque ela é secretária  
522 e não tem tempo de conhecer tudo que acontece. Mas foi levado à Câmara de  
523 Proteção à Biodiversidade o assunto de destinação de compensações minerárias, em  
524 torno de R\$ 80 milhões, pelas minas do Pico, da Vale, e de Córrego do Feijão, em  
525 Brumadinho. E apesar de o assunto ter sido levado à discussão falou-se na Câmara que  
526 quem toma a decisão final sobre a destinação desses recursos é o IEF. Nós discordamos  
527 disso, sabe, Marília, colegas conselheiros, nós achamos que a sociedade deve definir e  
528 esse é papel de Copam. E além disso o seguinte, eu acho que não há uma transparência  
529 devida de como o IEF pensa em destinar esses recursos. Na nossa opinião, sem querer  
530 engessar, que possa talvez uma parte do recurso ser aplicada mais longe, mas a  
531 prioridade deveria ser realmente o Vetor Sul de Belo Horizonte, onde essas minas  
532 estão instaladas, nas áreas de influência delas, onde nós temos diversas unidades de  
533 conservação, a maior parte delas Estadual, como Fechos, como Rola-Moça, que todo  
534 mundo conhece; como o Monumento Natural da Serra da Moeda, até o Parque de  
535 Ouro Branco, e que precisam urgentemente – voltando à questão do uso do solo,  
536 voltando à questão do planejamento de proteção ambiental – ser objeto realmente de  
537 o Estado fazer um projeto de conectividade com esses ambientes, entre essas  
538 unidades de conservação. Porque nós entendemos que a prioridade desses recursos

539 deveria ser aqui no Vetor Sul de Belo Horizonte. Por isso, Marília, eu solicito que esse  
540 assunto seja discutido e seja deliberado pela própria câmara, dando prioridade, sem  
541 engessamento, que realmente esses recursos sejam aplicados aqui no Vetor Sul de  
542 Belo Horizonte, nas áreas de influência dos dois empreendimentos minerários. Muito  
543 obrigada”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Em relação à licença da Tamisa, eu  
544 queria reforçar mais uma vez o nosso entendimento de termos muito clara a função  
545 de cada um dos entes nesse processo. Nós enquanto órgão técnico de apoio à decisão  
546 do Conselho de Política Ambiental – e essa é a função do Executivo –, nós temos que  
547 analisar a licença do ponto de vista dos padrões ambientais colocados, dos impactos,  
548 da mitigação, das compensações, da viabilidade ou não do empreendimento, olhando  
549 o arcabouço jurídico e as questões técnicas postas. Isso, como eu já mencionei, a nossa  
550 equipe fez com muito cuidado, com muito zelo. Era um projeto que abrangia,  
551 inicialmente, três municípios; foi reduzido a um município. Então todo esse processo  
552 de adequação foi feito ao longo desses anos. Desde 2014 que tramita esse processo. E  
553 aí, Dalce, eu acho que é bom colocar o papel deste Conselho. Quando você fala em  
554 licença social, sobre representatividade ou não, ontem eu estava na Assembleia  
555 Legislativa e falava sobre isso. No ano, inclusive, de 2020, nós aumentamos uma  
556 cadeira da sociedade civil na CMI. Então foi substituído um representante do setor  
557 produtivo por um representante de uma ONG. É uma discussão que pode ser posta, a  
558 gente tem a lei, os decretos, a regulamentação, mas hoje a participação do Estado, por  
559 exemplo, são quatro votos em relação a oito ou sete. Só conferir esse dado. Estado,  
560 oito. Então são quatro em relação a oito. E a reunião, como a mídia colocou, que a  
561 aprovação foi na calada da noite, começou às 9h da manhã. Num processo  
562 democrático, nós demos todas as inscrições que foram feitas as falas, foram 870  
563 inscrições, trezentas e poucas pessoas, que tiveram oportunidade de manifestar  
564 naquele processo. E ao final o Conselho tomou uma decisão. O Conselho poderia ter  
565 votado diferente do parecer técnico caso fosse o entendimento do Conselho. Então eu  
566 acho que é bom também esclarecer essas questões porque a Secretaria, como órgão  
567 técnico, com as equipes técnicas, tem uma função. O que está no parecer não é a  
568 vontade do analista, é o que a lei permite que o analista faça. E aí volto a dizer a  
569 importância deste Conselho de discussão de política ambiental. Qual é a política  
570 ambiental que este Conselho, com a representação que tem, quer para o Estado de  
571 Minas Gerais. Então precisamos realmente voltar um pouco nessa discussão do papel  
572 deste Conselho. Sobre o outro ponto, Dalce, eu vou passar à Maria Amélia para que  
573 ela possa esclarecer a questão que você colocou.” Maria Amélia de Coni e Moura  
574 Mattos Lins, diretora-geral do IEF: “Boa tarde a todos. Dalce, com relação à questão da  
575 aplicação dos recursos originários da compensação minerária que você faz referência,  
576 na verdade, pautamos em cima de planejamento e prioridades estabelecidas para o  
577 cumprimento das normativas e prioridades da política ambiental. Então tudo que nós

578 planejamos com utilização dos recursos é em cima de projetos pré-planejados, e nós  
579 submetemos esses projetos para apreciação da câmara técnica, na CPB. Isso não quer  
580 dizer que não podemos receber contribuições e avaliações em cima da aplicação desse  
581 recurso. Então não é simplesmente o IEF tem um recurso e quer aplicar numa  
582 determinada unidade, num determinado projeto. Com relação a esses valores que  
583 foram pautados na última CPB, eles também se referem a atividades do Previncêndio,  
584 que sabemos quanto sofremos anualmente com relação a essas questões dos  
585 incêndios. Então o volume que foi dado na última CPB também foi em função disso.  
586 Mas estamos abertos a receber contribuições da sociedade, reavaliar, mas toda  
587 aplicação de recursos passa em cima de prioridade e planejamento”. Presidente  
588 Marília Carvalho de Melo: “Só para complementar, Dalce, na verdade, é apresentado  
589 a partir de uma proposta técnica do IEF de avaliação das principais demandas  
590 administrativas do órgão, mas é apresentado à câmara exatamente para a câmara  
591 deliberar. Então acho que a câmara é uma instância importante que pode trazer  
592 propostas diferentes da que o IEF apresenta para investimento desses recursos. Então  
593 fica à disposição”. Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier (AMM): “Boa tarde,  
594 Marília, boa tarde, conselheiros. Marília, de público, eu quero agradecer a sua  
595 presença no nosso 37º Congresso Mineiro de Municípios, especialmente na Sala de  
596 Meio Ambiente, onde mostrando hoje a pujança, a seriedade e a transparência que  
597 parte da sua pessoa à frente da Secretaria de Meio Ambiente, nós temos na nossa Sala  
598 de Meio Ambiente em torno de 1.200 pessoas ao longo de seis palestras apresentadas.  
599 E peço à senhora que seja portadora dos nossos agradecimentos ao Diogo Franco, ao  
600 Rodrigo Franco e à Juliana, que participaram de maneira muito positiva, muito clara,  
601 nas suas apresentações. E fica aqui a casa à disposição da senhora quando for  
602 necessária a sua presença perante a casa, a AMM, e perante os prefeitos municipais.  
603 Um abraço, muito obrigado pela presença e participação no congresso”. Presidente  
604 Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Licínio, parabéns pelo congresso, foi muito  
605 importante o nosso diálogo com os secretários de Meio Ambiente municipais naquele  
606 primeiro dia. Tivemos também discussões sobre mudanças climáticas com o Iclei.  
607 Então eu queria parabenizar a sua condução na área ambiental na AMM. O Rodrigo  
608 está aqui do meu lado, ele recebe também a sua fala, e será repassada a toda a equipe  
609 que esteve lá. Nós que agradecemos a oportunidade de construir juntos”. Conselheiro  
610 Adriano Nascimento Manetta (CMI): “Boa tarde a todos. Em primeiro lugar,  
611 presidente, elogiar e fazer coro às importantes homenagens de hoje, do professor  
612 Octávio Elísio e, principalmente, do conselheiro Carlos Alberto, que é referência para  
613 mim dentro do Copam há muito tempo. Eu acho que tem uns 20 anos que eu conheço  
614 o Copam em funcionamento, e sempre esteve lá o Carlos Alberto com a coragem de  
615 defender, intransigentemente, os posicionamentos dele, mas, como bem colocado  
616 pelo conselheiro Tobias, sempre com educação e cordato e próximo aos demais

617 conselheiros, sejam eles de mesmo pensamento ou de pensamento divergente. Então  
618 eu acho uma homenagem mais do que merecida, inclusive pela importância e  
619 protagonismo que a Faemg teve no Conselho ao longo de todos esses anos.  
620 Normalmente eu não faria uma manifestação sobre esse ponto, mas participei  
621 enquanto cidadão, população em geral, dessa reunião do processo da Tamisa e preciso  
622 fazer coro ao conselheiro Tobias que é um momento muito difícil para se estar no  
623 Copam. Aquela reunião me causou um profundo impacto, porque eu fiz uma  
624 manifestação curta, de 10 minutos, para fazer um testemunho que dissonava da  
625 maioria das pessoas que estavam se manifestando e eu não consegui nem parar de  
626 gaguejar de tanta agressão que pipocava pelo chat enquanto eu falava. A gente vai  
627 vendo aquilo, e o raciocínio se perde. E aí as pessoas colocam como se os conselheiros  
628 que representam entidades de setor produtivo tivessem algum tipo de privilégio por  
629 parte da Semad. Acho importante esclarecer que não. Inclusive, há uma grande  
630 independência, sendo que muitos dos conselheiros hoje, por exemplo, são atacados  
631 dentro da Câmara Normativa e Recursal e outras câmaras exatamente por adotar  
632 posicionamentos divergentes da Semad ou da Advocacia Geral do Estado, são  
633 ameaçados com processos administrativos e outros tipos de situação. Evidentemente,  
634 dentro da função do conselheiro, as pessoas não mudam o seu posicionamento e não  
635 arrefecem diante desse tipo de ameaça e nem das ameaças colocadas pelo público  
636 naquele dia. Mas eu penso que há outras lições que nós precisamos aprender ali,  
637 porque uma coisa seria vivenciarmos manifestações emocionais de cidadãos, e houve  
638 gente que esteve nesse papel e nessa função. Mas me parece que em boa medida nós  
639 tivemos candidato lançando campanha e cabos eleitorais fazendo propaganda dos  
640 candidatos. E isso é uma subversão do funcionamento do Copam que não deveria ser  
641 admitida. Precisamos organizar o Regimento para impedir o acontecimento de eventos  
642 políticos e mau uso do Conselho como esse que aconteceu no caso da Tamisa. Uma  
643 outra coisa que eu penso que precisa de reparação: dentro da estrutura atual do  
644 Copam, os processos, de fato, são deferidos no Conselho, mas são indeferidos  
645 internamente na estrutura da Semad. E são muitos os que são indeferidos. Inclusive,  
646 nesse processo da Tamisa isso aconteceu, houve um primeiro processo indeferido,  
647 antes dele houve um que nem chegou a ser apresentado. Aí que eu fui tomar o  
648 primeiro conhecimento dessa situação quando até a Prefeitura de Nova Lima fazia as  
649 primeiras interlocuções a respeito dessa possibilidade. Aí houve um projeto  
650 apresentado que foi indeferido, e depois de adequado foi apresentado um segundo  
651 projeto. Então eu acho que é importante esclarecer para a sociedade que sim, em  
652 todas as superintendências nós temos muitos e muitos processos que são indeferidos  
653 por inadequação ambiental e que nem chegam à luz do Conselho. É como funciona. Eu  
654 acho até correto. De um ponto de vista político, seria muito estranho que a Secretaria  
655 submetesse ao Conselho material defeituoso ou processos que não têm a viabilidade.

656 O que chega às vezes, sim, são recursos das pessoas insatisfeitas com o indeferimento.  
657 Um outro ponto que eu acho que merece reparação: eu acompanhei a reunião inteira  
658 até às 4h da manhã, alguma das falas ao final disse que o que houve ali foi uma vitória  
659 da técnica sobre a emoção. Eu acho que a percepção é perfeita, e não tem nada de  
660 errado nisso. Ao contrário, é correto. Não foi a Semad, não foi a lei estadual, não é o  
661 Conselho que escolheu a técnica, foi a Constituição Federal, no artigo 225, ao prestigiar  
662 o EIA/Rima como instrumento de mediação dos conflitos sociais e dos conflitos  
663 ambientais. Principalmente, dos ambientais. Desculpe a confusão. Então também esse  
664 ponto me parece excessivo. Ilegítimo, de forma alguma. Eu teria ficado muito mais  
665 satisfeito e muito menos deprimido se eu tivesse visto uma enxurrada de  
666 manifestações emocionais naquele dia, o que eu reputaria muito mais legítimo,  
667 porque o que se colocou – e na minha opinião é mentira – é que o empreendimento  
668 destrói a serra do Curral. Fosse isso, eu acho que todo cidadão mineiro tem de estar  
669 emocionalmente atingido por aquilo ali. Agora o uso obviamente eleitoral e a  
670 construção de plataforma de candidatura que foi feita utilizando do Conselho, de um  
671 espaço público, isso é preocupante. E além disso a estrutura truculenta, ameaçadora.  
672 Tem uma piada que diz que democracia é quando eu mando em você, e ditadura  
673 quando você manda em mim. A impressão que eu tive é isso tudo, não que as pessoas  
674 queriam ser ouvidas, as pessoas queriam que elas determinassem.  
675 Independentemente de técnica, de estudo, de qualquer outra coisa, o que elas  
676 queriam era que se determinasse conforme a vontade daquele grupo de pessoas o  
677 resultado da reunião. Isso é antidemocrático. E outra, é um grupo, sim, de 300 pessoas,  
678 sim, num universo de 2.700.000 habitantes de Belo Horizonte. É por isso que nos  
679 organizamos em instituições representativas, porque, não importa quantas pessoas a  
680 gente consegue ouvir dentro de um dia inteiro, jamais ouviremos um grupo  
681 representativo da sociedade. Então as coisas precisam ser organizadas, e cada grupo  
682 tem que ter seus representantes qualificados tecnicamente para conseguir fazer a  
683 manifestação adequada, que é o que se coloca ou se pretende com o Copam. Então eu  
684 percebi naquela reunião, para além de uma tática de obstrução, malsucedida, um  
685 ataque ao próprio funcionamento do Conselho e um ataque às pessoas que assentam  
686 no Conselho, e com isso nós não podemos concordar. E eu concordo muito com a  
687 colocação da Flávia Mourão, nós temos dever de respeitar os responsáveis técnicos  
688 que assinam peças, seja na pessoa dos representantes técnicos da Secretaria de Meio  
689 Ambiente – os que eu vi lá, Rodrigo Ribas, a Giovana, a Mariana –, com as  
690 manifestações técnicas impecáveis, seja na pessoa do Orsini, que também é um  
691 técnico absolutamente respeitado e que foi muito agredido naquele dia, seja na  
692 pessoa do Valter, da Abes, que assumiu uma posição divergente igualmente técnica,  
693 seja na pessoa de qualquer um que defenda e trabalhe a técnica, escolhida  
694 constitucionalmente como o elemento fundamental para a solução do conflito

695 ambiental, socioambiental. Isso tem que ser respeitado, e nós enquanto Copam e  
696 Secretaria de Estado de Meio Ambiente temos obrigação de exigir esse respeito e  
697 construir caminhos para que o Conselho não sirva novamente de plataforma eleitoral  
698 para ninguém, porque a meu ver isso é algo muito equivocados, inclusive, um uso  
699 inadequado do espaço público. São essas as considerações, até realmente de um  
700 desabafo. Peço desculpas se me excedi, mas foi uma reunião que me deixou um  
701 sentimento depressivo por muitos dias depois dela ainda e que persiste até hoje”.  
702 Conselheiro João Augusto Hilário de Souza (Assemg): “Presidente Marília, eu não  
703 poderia deixar de me manifestar sobre esse assunto, até por conhecer muito bem a  
704 Mineração. Primeiramente, gostaria de reforçar o meu apoio, especialmente para  
705 aqueles que votaram “sim” na CMI, apoiando o Licenciamento, por exercerem a sua  
706 posição no Conselho. Eu acho que isso tem de ser feito. Por mais que tenham tido  
707 posições em contrário e manifestações agressivas, com base em divulgação de  
708 informações inverídicas contra posicionamento favorável desses Conselheiros da CMI,  
709 eu quero reforçar o meu apoio. A segunda coisa é que esse assunto, como o  
710 conselheiro Manetta acabou 709 de falar, tem passado por abordagens muito  
711 emocionais. Nós estamos em um dos países em que, esse tipo de análise tem sido feita  
712 de forma enviesada com base em grandes diferenças entre a percepção do fato e a  
713 realidade. Na última pesquisa do Instituto *Ipsos Mori*, sobre Percepção da  
714 Realidade, nós continuamos entre os povos mais equivocados dos normalmente mais  
715 importantes 50 países analisados, conforme relatório específico. Aproveitando-se que  
716 está sendo ainda dada uma grande audiência devido aos desastres com as barragens  
717 de mineração, inclusive com certo respaldo pelos seus fortes impactos na sociedade,  
718 porque realmente foram catastróficos, a mídia então enveredou por esse caminho, e  
719 houve uma retroalimentação. Quanto5 mais a mídia mostrava o problema a seu modo,  
720 mais dava audiência, e a mídia continuava mostrando, só que na maioria das vezes, de  
721 uma forma distorcida, dando a entender que seria desmontada a parte visível e  
722 paisagística da belíssima Serra do Curral. Eu quero reforçar que a mídia é  
723 extremamente importante e não tenho nada contra ela, até pelo contrário. Eu sou  
724 contra os posicionamentos sem conhecimento de causa, sem análise dos fatos e  
725 seguindo vieses simplesmente políticos ou pessoais. Por exemplo, a conselheira Flávia  
726 Mourão, ao citar que a planta está do lado de cá da serra, eu creio que não é bem  
727 assim. Por exemplo, quem já andou ali no Parque das Mangabeiras, teve o ânimo de  
728 atravessar a floresta lá – porque é um pouquinho cansativo para andar toda aquela  
729 floresta –, vai perceber que tem umas árvores ali que são de Floresta Atlântica. E mais  
730 uma coisa que não temos lembrado, apesar de que o conselheiro Flavio Roscoe  
731 anteriormente já apresentou aqui a situação do Quadrilátero Ferrífero com fatos e  
732 dados, é que ali era uma mina, a antiga Ferrobela, no século passado, produção que  
733 gerou minério de ferro para abastecer de ferro-gusa e aço básico para suportar as

734 primeiras construções mais altas de Belo Horizonte, os primeiros edifícios,  
735 estruturados em parte com material dali, o ferro. Porque sem o ferro, conforme  
736 alguém aí até reconheceu, não tem como construir quase nada, muito menos edifício  
737 e viaduto. A parte daquele lado da serra ali já foi uma mina, e, para os desavisados, se  
738 não prestarem muita atenção, ao irem lá, não vão perceber nada disso, talvez alguns  
739 indícios. Então as minas hoje podem ser operadas com tecnologias, – existe uma  
740 complementação sobre esse assunto, que está disponível em vídeo a internet e foi  
741 desenvolvida juntamente com especialistas e professores de grandes universidades –  
742 o Sequenciamento Verde, mostrando que na Indústria Mineral pode ser reduzido  
743 o impacto ambiental e pode haver a recuperação, em alguns casos, em até 100% do  
744 terreno utilizado. Isso precisaria ser visto mais com base na realidade e não com um  
745 viés emocional de parte da mídia, que começa mostrando a serra maravilhosa, que  
746 todos nós adoramos, muito bonita, e depois monta uma linha de reportagem incutindo  
747 nos desavisados que ela vai ser totalmente destruída. Vendo aquilo ali e não  
748 conhecendo o assunto, até eu seria contra qualquer empreendimento, mesmo gerador  
749 de emprego e renda. Só que não se trata bem disso. A parte impactada é mínima em  
750 relação a todo o parque preservado até hoje. Parte dele, inclusive a Mata do Jambreiro,  
751 foi também preservada, principalmente, por uma empresa de mineração. É uma pena,  
752 presidente Marília, nós não poderemos aprofundar um pouco mais na realidade dos  
753 fatos. Se pelo menos pudéssemos trazer alguém que conheça o projeto, que tem  
754 responsabilidade técnica registrada para o empreendimento, para nos apresentar  
755 aqui, nos ajudaria a formar melhor a nossa opinião com base nos fatos. É claro que  
756 muitos poderão continuar contra, sim, mas aí com base em informações realmente  
757 técnicas, como são os projetos de engenharia, reais, e não com base numa tomada de  
758 drone com uma fala de alguém que já está com a tendência de apresentar com o seu  
759 próprio viés. Então é uma pena. Mas, se pudesse, eu acho que deveríamos, sim,  
760 discutir esse assunto de uma forma mais profunda, menos emocional e com base  
761 numa visão real do projeto. Por último, eu até trouxe um tema que eu gostaria que  
762 nós aprofundássemos mais, que foi a mobilidade elétrica, sobre o qual eu falei em  
763 dezembro do ano passado. Eu propus à época e reforço que, sim, seria um tema,  
764 presidente Marília, que nós devíamos continuar aprofundando mais, devido à  
765 importância e o impacto tanto na poluição, na qualidade do ar das grandes cidades do  
766 nosso Estado, como também no desenvolvimento da parte industrial. E agora por  
767 último mesmo, é que se continuarmos assim com essas posições, não vamos  
768 conseguir reduzir os riscos no anel rodoviário, que tem um dos trechos mais mortais  
769 por quilômetro rodado do Estado ou até do País, não vamos também prosseguir a  
770 reconstrução da BR381, extremamente necessária, porque para retificar um pouco  
771 mais seu traçado, vão ter de utilizar pequenas áreas com resquícios de Mata Atlântica  
772 e outras paisagens. Eu acho que nós temos que ter mais bom senso e sermos

773 ponderados nessa questão ao fazermos essas análises. E aí, se continuarmos  
774 assim, predispostos a nos posicionarmos sistematicamente contra todos  
775 os empreendimentos, eles continuarão indo para outras cidades. Algumas empresas  
776 já estão até pensando em mudar os seus planos de implantação de investimentos de  
777 bilhões de reais, no Estado e na região de Nova Lima, e irem para outros países. Se  
778 conduzido nessa linha de Conselheiros não poderem exercer seu direito de votar a  
779 favor de um empreendimento, sendo ameaçados, retrato dos nossos filhos pregados  
780 no poste, coisas desse tipo, vamos afugentar todos os investimentos e aí vamos  
781 continuar aumentando a quantidade de desempregados deste Estado, que se for  
782 medida realmente de uma forma estatística precisa, são milhões, pode estar chegando  
783 a 3 milhões, e vamos continuar aumentando também os nossos moradores de rua, que  
784 já foram um dia 1.500, era muito, e assim continuariam caminhando para 10 mil. Então  
785 nós temos que pensar em tudo isso nesses nossos posicionamentos. Eu concordo  
786 plenamente com este Conselho, todos nós temos de zelar para que os  
787 empreendimentos necessários para suportar a economia, recriar empregos, suportar  
788 a geração de riqueza, que sejam realmente sempre implantados observando uma linha  
789 de preservação, de sustentabilidade. Então era isso. Muito obrigado”. Presidente  
790 Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, conselheiro, pelas suas colocações. Só fazer um  
791 comentário, conselheiro. Logo quando o Tobias falou, eu mencionei que, caso seja  
792 interesse deste Conselho, a gente pode fazer uma apresentação sobre os diversos  
793 pontos. Não conseguimos muito fazer, mas tentamos na primeira audiência pública na  
794 Assembleia Legislativa, na Comissão de Meio Ambiente, o nosso superintendente  
795 Rodrigo Ribas tentou fazer uma apresentação trazendo realmente todos os aspectos  
796 que estão sendo abordados. Primeiro a questão da supressão de Mata Atlântica, a  
797 questão de vibração, a questão de dispersão atmosférica, de particulados na  
798 atmosfera, a questão do uso da água, a questão de vias de acesso e escoamento do  
799 minério. Na sequência, nós fizemos essa representação no Ministério Público Federal,  
800 que teve uma oportunidade de ouvir. Então é bom realmente a gente esclarecer alguns  
801 fatos do ponto de vista técnico, volto a dizer, entendendo qual que é a função do órgão  
802 técnico de apoio ao Copam nesse processo, do órgão técnico ambiental nesse  
803 processo. Se eu sou a favor ou contra o tombamento da Serra do Curral, é até  
804 importante referenciar: nós tivemos diversas falas públicas do nosso governador  
805 falando que é a favor do tombamento. Mas o processo de licenciamento, no momento  
806 em que foi concluído, se ateuve aos requisitos técnicos e legais vigentes. Ontem eu  
807 estive novamente na Assembleia Legislativa, na Comissão de Segurança Pública, para  
808 discutir o mesmo tema, e falávamos isso, ‘hoje tramita uma PEC para tombamento da  
809 serra do Curral na Assembleia Legislativa’. O deputado Virgílio Guimarães também  
810 abordou ontem na audiência a PEC que que está tramitando, uma PEC muito ampla,  
811 sem delimitação de áreas, sem diretrizes, mas que é isso deve ser aprofundado. Mas

812 volto a dizer, e importante que tenhamos uma avaliação real dos fatos do ponto de  
813 vista técnico para que, independente de ser a favor ou ser contra, que a gente  
814 esclareça a sociedade. Eu almocei com uma tia 15 dias atrás, ela falou para mim:  
815 ‘Minha filha, mas nós não vamos mais ver a serra do Curral da Praça do Papa?’  
816 Infelizmente, as informações da forma que estão sendo postas em diversos meios de  
817 comunicação não são as informações reais. E a sociedade merece ter acesso às  
818 informações reais para fazer o juízo de valor que ela determinar ou que ela puder, mas  
819 a partir de fatos, a partir de informações verdadeiras. E nós da Secretaria de Meio  
820 Ambiente, com uma premissa muito cara para nós que é a transparência, estamos à  
821 inteira disposição deste Conselho e também da sociedade para esclarecer todos os  
822 fatos e ouvir os contrapontos também sobre a nossa análise técnica. Então se for  
823 interesse deste Conselho nós podemos, numa próxima reunião, fazer uma  
824 apresentação técnica sobre a análise que foi realizada no caso Tamisa”. **4) EXAME DA**  
825 **ATA DA 193ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 193ª reunião do Plenário  
826 do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 16 de março de 2022, com  
827 alterações solicitadas pela Faemg, Assemg, Abes e EPA, conforme nova versão  
828 apresentada nesta sessão. Votos favoráveis: Semad, Seapa, SEE, SES, Seinfra, Sedese,  
829 Segov, SEF, Cedec, Crea, PMMG, ALMG, MMA, AMM, ACMinas, Faemg, Fiemg,  
830 Conselho da Micro e Pequena Empresa, Fetaemg, Ibram, CMI, Abes, ProMutuca, EPA,  
831 Mover, Cefet, Uemg, Ufla, Assemg e OAB. Abstencões: Amda e ABRHidro. Ausências:  
832 Secult, Sede, Seplag e MPMG. Justificativas de abstencões. As conselheiras  
833 representantes da Amda e da ABRHidro justificaram abstenção de voto pelo motivo de  
834 não terem participado da 193ª reunião. **5) COP 26 - OS DESDOBRAMENTOS E AS**  
835 **AÇÕES SUBSEQUENTES. Apresentação: Semad.** Renata Araújo, chefe de gabinete da  
836 Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), fez a apresentação sobre “COP 26 - Os  
837 Desdobramentos e as Ações Subsequentes”. O conteúdo da exposição foi  
838 disponibilizado no site da Semad. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada,  
839 Renata. Eu queria fazer breves comentários sobre a fala da Renata. Nós, por diretriz  
840 do governador Romeu Zema, resolvemos restabelecer a Política de Mudanças  
841 Climáticas desde o ano passado. Ela estava com pouca pujança no Estado de Minas  
842 Gerais, e num primeiro momento alguns atos políticos institucionais de demonstração  
843 desse retorno da Política de Mudanças Climáticas foram feitos, e um deles foi a própria  
844 adesão ao Race to Zero. A partir disso, nós temos trabalhado para trazer à prática  
845 ações, efetividade, no tema mudanças climáticas, com a base técnica de um inventário  
846 que está sendo atualizado e de uma atualização também do Plano de Mudanças  
847 Climáticas de 2014, e integrando diversas ações. A Renata mencionou uma ação bem  
848 executada pela Subsecretaria de Gestão e Saneamento junto com os consórcios  
849 intermunicipais, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, para dar efetividade  
850 à implementação da Política de Resíduos Sólidos em todas as suas etapas, não apenas

851 na destinação final, mas também no fomento, coleta seletiva e reciclagem. Temos  
852 ações no IEF que também integram, como o próprio Selo Verde, que foi apresentado  
853 aqui pelo professor Raoni Rajão. E a implementação do PRA. Então o que nós temos  
854 buscado agora é, a partir dos compromissos institucionais e públicos assumidos pelo  
855 governador Romeu Zema, dar prática à Política de Mudanças Climáticas. Esse é o  
856 grande desafio de nós todos, e isso teve um processo muito interessante na COP 26, a  
857 partir de uma parceria também muito estreita com o governo do Reino Unido de um  
858 ato representativo da participação de Minas lá. É a primeira vez que um governador  
859 de Minas Gerais esteve numa COP, foi a primeira vez que um presidente da Fiemg  
860 esteve numa COP. Lembrando que o Race to Zero foi assinado não apenas pelo  
861 governador Romeu Zema, mas junto com o presidente da Faemg e com o presidente  
862 da Fiemg, mostrando essa congregação de esforços dos diversos setores com o poder  
863 público para retomada da Política de Mudanças Climáticas e, mais do que isso, sair da  
864 retórica e vir para a prática de ações, porque é isso que nos importa. Então, Renata,  
865 muito obrigada pela sua exposição. A apresentação seguinte eu vou até pedir para  
866 trocar – a nº 7, Ação Climática Estadual, traz esses desdobramentos pós-COP –, e  
867 depois entramos no Plano de Ação de Combate ao Desmatamento, que é também  
868 quando avaliamos quais são os principais setores importantes a serem trabalhados, o  
869 uso do solo, que a Renata mencionou, aumento da cobertura vegetal, energia, que é  
870 o que nós temos trabalhado. Eu gostaria de pedir então aos conselheiros que  
871 fizéssemos as considerações sobre o tema mudanças climáticas após a apresentação  
872 do item 7, porque aí a gente cumpre uma lógica complementar da participação na COP  
873 e do pós-COP até o momento, considerando que a COP já passou um tempinho, e  
874 desde lá já temos ações sendo realizadas”. **6) PLANO DE AÇÃO DE COMBATE AO**  
875 **DESMATAMENTO ILEGAL. Apresentação: Semad.** Gustavo Endrigo de Sá Fonseca,  
876 superintendente de Fiscalização/Semad, fez apresentação do Plano de Ação de  
877 Combate ao Desmatamento Ilegal em Minas Gerais. O conteúdo da exposição foi  
878 disponibilizado no site da Semad. Após a apresentação, a presidente da sessão fez a  
879 seguinte manifestação. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Gustavo. Eu  
880 queria também fazer breves considerações sobre a apresentação da Subsecretaria de  
881 Fiscalização. Nós estamos discutindo muito, dentro do Sisema, a questão do  
882 desmatamento ilegal no Estado de Minas Gerais e ações preventivas e repressivas  
883 contra o desmatamento ilegal. Esse é um ponto muito importante porque nós  
884 avançamos muito no monitoramento da cobertura vegetal, no tempo de resposta, mas  
885 ainda nós só agimos após a detecção. Então em diversas conversas internas nós  
886 consideramos essa proposta que o Gustavo agora apresentou com diversas linhas de  
887 ação, inclusive na priorização de processamento de auto de infração de  
888 desmatamento. Porque não adianta só ação de campo, é preciso dar efetividade à  
889 infração através da cobrança da multa devida. Porque muitas vezes permanece uma

890 sensação de que a autuação não foi feita porque o valor, de fato, não é cobrado. Então  
891 nós estamos fazendo uma força-tarefa no tema desmatamento. Infelizmente, em  
892 algumas regiões do Estado de Minas Gerais, nós detectamos aumento do  
893 desmatamento ilegal. Isso não será admitido no Estado de Minas Gerais, e a equipe de  
894 fiscalização já está orientada de que essa é a grande prioridade de fiscalização, não  
895 deixar que os índices de desmatamento no estado de Minas Gerais, cresçam”. **7) AÇÃO**  
896 **CLIMÁTICA ESTADUAL - CAMINHOS PARA O ENFRENTAMENTO E A NEUTRALIDADE.**  
897 **Apresentação: Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM).** Alessandro Ribeiro  
898 Campos do Núcleo de Sustentabilidade, Energia e Mudanças Climáticas da Fundação  
899 Estadual do Meio Ambiente (Feam), fez apresentação sobre ‘Ação Climática Estadual -  
900 Caminhos para o Enfrentamento e a Neutralidade’. O conteúdo da exposição foi  
901 disponibilizado no site da Semad. Após a apresentação, foi aberto espaço para  
902 manifestações. Manifestações. Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello (Faemg): “Eu  
903 ouvi atentamente as apresentações do Alessandro, da Renata. Assinamos, de fato, o  
904 Race to Zero, estamos imbuídos de concretizar essa questão junto ao Estado de Minas  
905 Gerais. E coloco aqui a Faemg, como representante de um setor da maior importância  
906 relacionada às possibilidades de descarbonização, porque, vamos dizer,  
907 resumidamente, é onde a fotossíntese acontece, onde se colocam árvores, inclusive,  
908 por outros setores, para suas próprias mitigações, compensações, enfim; onde ocorre  
909 estoque de carbono. Inclusive, por meio do PRA, a recuperação das áreas devidas, do  
910 Código Florestal, é o maior programa mundial do tipo. Mas também com as práticas  
911 de agricultura de baixa emissão de carbono, que tem um enorme potencial, como  
912 colocado pelo Brasil na COP 26, onde essas metas foram refeitas, aumentando em sete  
913 vezes as metas anteriores. Trazer a Faemg para junto das discussões de forma muito  
914 próxima. Nós não fazemos parte da CEM do Copam, então precisamos interagir de uma  
915 outra forma junto com as equipes, com o Alessandro. E trazer aqui uma curiosidade  
916 também. Quando foi mostrada a questão da matriz energética – não a matriz elétrica  
917 –, no gráfico eu observei bem que a agricultura tinha uma barrinha de energia não  
918 renovável maior do que a de energia renovável. A questão do uso da energia, o  
919 maquinário no meio natural, que é a diesel, isso é muito claro. Mas também a Faemg  
920 tem levado ao interior, por meio do programa Faemg Energia Sustentável, o uso da  
921 energia solar fotovoltaica, ampliando esse uso no meio rural. E também, ainda que não  
922 seja o uso na atividade agropecuária, mas uma energia significativa na nossa matriz  
923 energética que é a bioenergia, isso é feito na agricultura. Então a agricultura pode  
924 utilizar de uma determinada energia em seu maquinário, mas fornece de forma  
925 significativa para o Brasil energia renovável, capitalizada pela indústria, a energia da  
926 cana, do milho, da própria madeira etc. Então isso entra na questão da indústria, mas  
927 a fonte é rural. Como eu falei, é no meio rural que ocorre a fotossíntese com essa  
928 captura de carbono. Eu queria trazer isso como uma curiosidade, porque às vezes

929 vemos os números soltos, de forma crua, e aí é a metodologia que tem que ser  
930 modificada mesmo – aqui eu fiz comparativos –, mas a gente tem que ter essa  
931 consciência também do papel e do fornecimento do meio rural na própria matriz  
932 energética do Brasil, que é mais ou menos 20% bioenergia, se for pensar”. **8) PROJETO**  
933 **DE OTIMIZAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL. Apresentação: Semad.** Vitor Reis  
934 Salum Tavares, da Assessoria de Gestão Regional/Semad, fez apresentação do “Projeto  
935 de Otimização da Regularização Ambiental” em Minas Gerais. O conteúdo da  
936 exposição foi disponibilizado no site da Semad. Após a apresentação, foram registradas  
937 as manifestações a seguir. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu queria, de forma  
938 muito breve, mencionar que esse é um projeto estruturante na área de licenciamento  
939 ambiental para nós, como o Vitor falou. Eu queria destacar alguns pontos. Quando nós  
940 desenhamos esse projeto, nós desenhamos a partir de algumas constatações. Primeiro  
941 a existência de 43 atos autorizativos, mais de 800 normas infralegais, um espectro  
942 interpretativo muito amplo nessas normas, o que gera insegurança para todos:  
943 insegurança para os nossos analistas, insegurança para os empreendedores, que  
944 muitas vezes não sabem o que vai ser exigido e como vai ser exigido. E isso tem  
945 distorcido a função do licenciamento ambiental, que é um instrumento técnico de  
946 avaliação de impacto, estabelecimento de medidas de controle, de minimização dos  
947 impactos, de mitigação, de compensação. O primeiro ponto que nós refletimos é isso,  
948 precisamos revisitar as normas infralegais para diminuir o número de normas  
949 infralegais e, além disso, torná-las menos subjetivas. Eu tenho falado isso aqui  
950 internamente, o meu sonho é quando o empreendedor vier discutir comigo qual é a  
951 melhor tecnologia de controle de determinado tipo de emissão atmosférica, efluente,  
952 e não qual que é a brecha na norma para viabilizar ou não viabilizar. Isso que virou o  
953 licenciamento ambiental. E esse cenário está muito claro para nós quando vemos 800  
954 normas infralegais. Então nós vamos superar esse momento com esse projeto  
955 estruturante. A outra questão é a elaboração dos termos de referência, de novo, para  
956 dar o viés técnico do licenciamento ambiental, quais são os estudos, qual é a forma,  
957 qual é o conteúdo dos estudos. Isso trará, inclusive, uma padronização de atuação  
958 entre as nossas superintendências que hoje ainda não existe por falta de termos de  
959 referências objetivos e claros. Também nesse projeto prevê um olhar para avaliação  
960 de processos do ponto de vista de gestão. Existem etapas desnecessárias, há etapas  
961 que podem ser otimizadas dentro do processo de licenciamento. Então nós estamos  
962 muito animados com a perspectiva desse projeto que se inicia agora, depois de um  
963 ano e meio de superação das burocracias internas para que pudesse, de fato, viabilizar  
964 a doação dessa prestação de serviço, que, como o Vitor falou, é uma prestação de  
965 serviço doada que se viabiliza a partir de um decreto pela Fiemg, mas com todo o  
966 cuidado de governança e compliance, porque a gestão, a coordenação é inteira do  
967 Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Nós pretendemos ter escutas

968 com especialistas em determinados momentos também e, obviamente, aquelas  
969 normas infralegais que são do Copam virão para cá para serem avaliadas, para uma  
970 submissão, como obviamente é o que determina a legislação”. Conselheira Flávia  
971 Mourão Parreira do Amaral (Abes): “Parabéns. Eu acho que é isso mesmo que você  
972 está falando, quando é que o Estado vai ser procurado em busca das melhores  
973 tecnologias e não de como atender a norma, que brecha que pode viabilizar o  
974 licenciamento. Realmente, eu acho que trabalhar com a legislação do licenciamento  
975 ambiental como está é uma tarefa extremamente complexa e acaba ficando para uns  
976 poucos, e esses poucos acabam criando um domínio. É uma coisa muito complicada.  
977 Agora para mexer nisso também concordo que não dá para simplesmente sair  
978 remendando, alterar aqui, é preciso fazer uma revisão de conjunto para que não se  
979 perca aquilo que de bom já foi construído. E que nessa revisão também, nessas  
980 mudanças, tenhamos uma transição adequada e que realmente atenda todo mundo,  
981 e que as pessoas tenham domínio dessas normas. Então eu queria fazer duas  
982 perguntas. Primeiro, como é que vão ser contratados esses consultores? Ou se já  
983 foram contratados. Eu vi que o Vitor teve um cuidado muito grande, o que eu acho  
984 muito bom, em explicar essa parceria com a Fiemg. Depois da explicação dele, eu pelo  
985 menos fiquei um pouco mais tranquila, porque tinha muita dúvida dessa forma de  
986 contratação, de prestação de serviço. Mas como vão ser contratadas as pessoas que  
987 vão prestar esse serviço? E, segundo, nesses processos de consulta pública, realmente  
988 vão ser direcionadas consultas para o coletivo de profissionais que atuam, como vamos  
989 popularizar isso também para que as principais ONGs, os movimentos que atuam na  
990 área ambiental possam acompanhar? E, terceiro, como é que o Copam vai participar  
991 disso, o Copam e as suas câmaras técnicas?” Conselheiro Guilherme Augusto Duarte  
992 de Faria (Sede): “Na verdade, mais do que uma pergunta, é um esclarecimento, uma  
993 vez que nós tivemos a oportunidade de acompanhar de perto a condução e a  
994 proposição, na verdade, desse projeto para a Semad. Trazer aqui uma voz de apoio da  
995 Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Eu acho que essa proposta vem muito de  
996 encontro com o que nós trazemos e executamos através do Minas Livre para Crescer,  
997 que nada mais é do que a ideia de proporcionar em Minas Gerais um estado de maior  
998 segurança jurídica e celeridade para o setor produtivo e para a sociedade. Eu acho que  
999 é importante sempre frisar que sem prejuízo à qualidade da análise técnica dos  
1000 diversos órgãos que emitem seus atos autorizativos. E aqui no caso os órgãos do  
1001 Sisema e entidades sem nenhum prejuízo à qualidade técnica, ao rigor e ao  
1002 cumprimento da legislação e arcabouço ambiental que rege então esses atos. Mas o  
1003 que queremos ao final é que os nossos clientes tenham mais celebridade, mais  
1004 segurança jurídica, mais objetividade nas suas respostas. E eu acho que esse trabalho  
1005 vem suprir essa lacuna. Eu acho que as normas não são estanques, a tecnologia vem  
1006 nos auxiliar para que possamos dinamizar os processos de licenciamento, o processo

1007 de regularização ambiental. Para além disso, as tecnologias dos empreendimentos  
1008 também vêm tendo uma dinamização diferente para a forma como nós devemos  
1009 analisar e, enfim, autorizar ou não. A Secretaria de Desenvolvimento parabeniza,  
1010 Marília, a equipe da Semad por esse trabalho. Nós nos colocamos à inteira disposição  
1011 para contribuir. E eu acho que o maior ganhador, no final das contas, vai ser o próprio  
1012 Sisema, que vai poder direcionar seus recursos escassos, sejam humanos ou  
1013 financeiros, para atividades que são, de fato, a joia da coroa no Sisema, principalmente  
1014 aquelas atividades de preservação, de conservação, as atividades, de fato, que trazem  
1015 um ganho ambiental para Minas Gerais, trazendo um pouco mais de simplicidade no  
1016 trato com os atos autorizativos. Era um pouco dessa mensagem, e a Sede está à sua  
1017 disposição sempre”. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Guilherme. De  
1018 fato, nós temos uma construção conjunta nesse processo desde o início. Ganha o  
1019 Sisema, sim, em vários aspectos. Quando nós começamos a desenhar esse projeto,  
1020 logo quando eu cheguei e ainda sob a condução do Augusto Lio Horta, o então  
1021 presidente do sindicato, Adriano Tostes, falou isso, ‘Marília, esse é um projeto do  
1022 sonho para nós também, servidores’. Porque os servidores ficam, muitas vezes,  
1023 inseguros com essa amplitude interpretativa das normas, com falta de critérios  
1024 técnicos objetivos. Então nós vamos trabalhar.” Vitor Reis Salum Tavares/Semad:  
1025 “Além de ganhar também todos nós servidores, em que estou incluído também, já  
1026 participando de diversos debates – nós sabemos de todas as dificuldades que tem num  
1027 processo de licenciamento, suas complexidades técnicas e processuais –, mas eu acho  
1028 que ganha também a qualidade ambiental no Estado e ganham todos os cidadãos que  
1029 desempenham e são afetados pelo nosso serviço. Eu agradeço a manifestação do  
1030 Guilherme e também a pergunta da Flávia, que nos dá a oportunidade de trazer mais  
1031 informações sobre esse projeto, de uma maneira mais assertiva, de acordo com as  
1032 informações e dúvidas que ainda possam ter ficado. Então, Flávia, temos três  
1033 perguntas. Sobre a seleção da prestadora de serviços técnicos especializados, como  
1034 você pôde perceber no momento da apresentação, a nossa estrutura de processos  
1035 está avaliada em três fases: a fase do mapeamento dos processos, a fase da avaliação  
1036 normativa e a fase dos termos de referência. Então existe já uma seleção em fase final  
1037 de contratação pela Fiemg desses prestadores de serviço, e isso foi baseado em  
1038 critérios estritamente técnicos, uma equipe que detém uma qualificação técnica  
1039 necessária, com um currículo voltado para o desempenho dessas atividades. Então  
1040 essa avaliação foi feita nesse sentido, com essa seleção, e baseada em critérios que  
1041 atendam às exigências de avaliação e todas as informações necessárias para a  
1042 construção de cada uma dessas fases, já que são fases muito diferentes, que têm  
1043 complexidades técnicas inerentes e analíticas muito diferenciadas. Então cada uma  
1044 dessas equipes tem uma avaliação profissional específica, um componente de  
1045 profissionais específicos que vão desenvolver trabalhos em cada uma dessas fases.

1046 Essa é a primeira resposta. Em relação ao processo de consulta pública, nós vamos  
1047 fazer uma consulta pública que agregue todas as informações de uma maneira ampla,  
1048 tanto da divulgação quanto do recebimento das informações. Como eu disse na  
1049 apresentação, logicamente que a gente agregar as informações que serão realizadas  
1050 numa consulta pública depende do atendimento dos requisitos técnicos. Porque  
1051 muitas vezes uma determinada sugestão ou uma informação pode ser onerosa e não  
1052 eficiente ou então não onerosa, mas também não eficiente. Então precisamos ter uma  
1053 avaliação crítica, principalmente em um processo de regularização ambiental – é aí  
1054 abrangendo licenciamento de intervenção ambiental e outorga –, para atingir a  
1055 finalidade dele. O licenciamento ambiental, seja para avaliar a viabilidade ambiental  
1056 do empreendimento, seja seu desempenho ambiental; na intervenção ambiental, os  
1057 componentes de fitofisionomia, necessidades de caracterização de bioma,  
1058 compensações ambientais, como vai ser a alternativa técnica locacional; seja no  
1059 processo de outorga, relacionado à sua disponibilidade hídrica, como é o uso  
1060 consuntivo da água e tudo mais nesse sentido. Então essa consulta pública vai ser  
1061 ampla. Nos momentos em que temos todo um cronograma com execução de projeto,  
1062 com a linha de base de como vai andar cada uma dessas ações para o nosso  
1063 monitoramento. Como a secretária disse, o gerenciamento do processo está a cargo  
1064 dos gestores do Sisema, então temos toda essa linha de base. Nos momentos  
1065 procedimentais em que tiver produtos que vão seguir aquela lista de comitês para sua  
1066 avaliação, nós vamos promover essas consultas públicas, fazer a sua divulgação a seu  
1067 tempo e modo, abrir o tempo necessário para que a sociedade civil ou qualquer outra  
1068 pessoa possa exercer sua manifestação, internalizar essas informações de maneiras  
1069 técnicas necessárias para esses objetivos institucionais de cada um dos atos  
1070 regularizativos; e fazer, depois de todas essas concentrações, a proposição disso para  
1071 o último comitê, que é o Comitê Intergestor. Aprovado no Comitê Intergestor – já vou  
1072 até emendar na sua terceira pergunta, a participação do Copam vai se dar de acordo  
1073 com suas competências. A competência do Copam para análise, por exemplo, de  
1074 deliberações normativas e informações necessárias para o desenvolvimento de  
1075 atividades, até discussões técnicas no âmbito necessário, vai ser levada a efeito para  
1076 este Conselho. Hoje nós temos uma avaliação muito clara de cada um dos atos  
1077 normativos que temos. Então, numa breve passagem aqui, por exemplo, um processo  
1078 de regularização ambiental precisa, eventualmente, de um decreto regulamentador;  
1079 dentro do contexto do licenciamento, temos a deliberação normativa; e da internação  
1080 ambiental; em outros pontos também temos esses instrumentos de deliberação  
1081 normativa. Em alguns casos, que é competente é a própria autoridade interna da  
1082 Secretaria, por meio de resoluções e das próprias autoridades nossas indiretas. As  
1083 regras de competência da edição de cada um dos atos normativos vão ser seguidas em  
1084 seus estritos termos. E até é de suma importância que isso aconteça porque senão, a

1085 pretexto de conferir segurança jurídica ao processo de licenciamento, estaríamos  
1086 trazendo insegurança. Porque um ato administrativo só é apto a produzir efeito se ele  
1087 é realmente realizado e editado pela autoridade competente para tanto. É até um  
1088 vício, a nossa Lei de Ação Popular traz essa conceituação do vício de competência.  
1089 Então, a seu tempo e modo, em cada uma das ações de competência do Copam, seja  
1090 para analisar, seja para atualizar todo o desenvolvimento do projeto até no âmbito  
1091 deste Plenário, nós vamos trazer todas as informações conforme o nosso cronograma,  
1092 nossa linha de base de projetos, para atualizar cada vez mais vocês em relação ao  
1093 desenvolvimento, de uma maneira transparente, como eu disse, com a edição de  
1094 processos públicos, com todas as informações bem delineadas, bem construídas, para  
1095 que tenhamos uma base bem objetiva e consiga atingir o objetivo.” Presidente Marília  
1096 Carvalho de Melo: “Obrigada, Vitor, pela sua explicação. Flávia, nós estamos, inclusive,  
1097 estudando, eu pedi para a nossa equipe interna estudar. A minha ideia é que façamos,  
1098 não para esse projeto especificamente, mas estou trabalhando uma normativa para  
1099 consulta pública de todas as normas que têm relação com prestação de serviço público  
1100 do Sisema. Usar um pouco o modelo de Agência Reguladora – a ANA faz muito isso –  
1101 nas normas, deixar em consulta pública durante um período, mesmo que sejam  
1102 normas administrativas, tipo resoluções, para recebermos contribuições da sociedade,  
1103 de todos os setores. Isso é muito importante sempre. As do Copam, obviamente, como  
1104 o Vitor falou, virão para deliberação aqui. Eu pautei hoje nesta reunião essa  
1105 apresentação e também já fazer um compromisso com este Conselho de pensarmos  
1106 em algumas etapas e apresentar para vocês de como o trabalho está indo. Isso é muito  
1107 importante, isso é política ambiental, de fato, ouvir o Conselho sempre é muito  
1108 importante. E quando tivermos, por exemplo, termo de referência sobre saneamento,  
1109 vamos buscar a Abes, pedir ajuda para ouvir especialistas, fazer workshops, porque  
1110 nós queremos, para além da consultoria, ter a visão também de outros atores para  
1111 construirmos os melhores produtos, sejam normativos, sejam termos de referência.”

1112 **9) SELO VERDE. Apresentação: Instituto Estadual de Florestas (IEF).** Raoni Rajão,  
1113 professor da Universidade Federal de Minas Gerais, fez apresentação sobre as  
1114 iniciativas “Selo Verde e CAR 2.0: ciência aplicada à otimização da gestão ambiental  
1115 em Minas Gerais”. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da Semad. Após  
1116 a apresentação, foram registradas as manifestações a seguir. Conselheiro Tobias Tiago  
1117 Pinto Vieira (Mover): “Primeiramente, parabenizar pela apresentação. Por mais  
1118 coincidência que pareça, hoje até apareceu uma situação engraçada, que nos  
1119 procurou, nos ligou, que foi exatamente um empreendedor que é próximo nosso aqui,  
1120 familiar, que teve um bloqueio na venda de um gado. Eu não entendi muito bem, e ele  
1121 falou que era referente à avaliação do CAR. Foi prejudicial a ele, mas eu fiquei feliz que  
1122 a avaliação do CAR está sendo feita até por empresas privadas. Então eu acho que uma  
1123 certificação como essa traz a possibilidade de o empreendedor se avaliar. Eu acho que

1124 vai trazer essa possibilidade e gostaria de confirmar isso com a equipe se essa  
1125 plataforma de autoavaliação será disponibilizada também para os empreendedores ou  
1126 se será somente na esfera técnica que poderão ter acesso a essa avaliação. E por meio  
1127 de link em site online ou se vai ter um modo *offline* também para fazer consulta ou  
1128 alguma coisa nesse sentido. Aqui na minha cidade está acontecendo um fato muito  
1129 curioso, onde o cartório local está exigindo que sejam elaborados os Cadastros  
1130 Ambientais Rurais por matrícula, por gleba. O que isso está trazendo? Está trazendo  
1131 vários empreendimentos desmembrando o Cadastro Ambiental Rural exatamente  
1132 para cumprir as exigências do cartório. Isso aconteceu comigo. Eu tenho uma  
1133 chacinha que é meio hectare e tive que fazer esse desmembramento do CAR. Aí ficam  
1134 vários problemas por gleba. Se você pega uma área pequenininha, muitas vezes, não  
1135 tem a reserva legal exigida, muitas vezes, não tem as delimitações previstas em lei.  
1136 Isso traz um problema. Seria possível o Estado fazer uma manifestação? Uma  
1137 manifestação pública dizendo que o Cadastro Ambiental Rural é uma ferramenta da  
1138 Semad. Eu, Tobias, sei disso, mas aqueles que trabalham com georreferenciamento,  
1139 que estão desmembrando o CAR para entregar para o cartório, muitas vezes,  
1140 questionam isso. Talvez se tivesse uma manifestação clara dizendo que o CAR é uma  
1141 ferramenta da Semad, utilizada por empreendimento, de uma forma bem evidente,  
1142 para que isso não se repita. Eu estou vendo isso acontecer muito em Paracatu, e isso  
1143 prejudica, e o empreendedor acaba por juntar o CAR novamente somente no  
1144 momento de solicitar um desmate ou uma renovação de outorga. Se houvesse a  
1145 possibilidade de criar um documento e divulgar, acho que facilita muito o  
1146 entendimento dos que trabalham com geo para aqueles que realmente precisam do  
1147 CAR, que são aqueles empreendedores que precisam do seu CAR bonitinho.” Mariana  
1148 Lobato Megale de Souza Lima/IEF: “Conselheiro, sobre essa questão do CAR, eu acho  
1149 que não haveria necessidade de uma manifestação formal do órgão, porque isso já  
1150 está posto na legislação. O CAR já é regulamentado por uma instrução normativa, tem  
1151 os seus responsáveis pela gestão, o IEF hoje é o gestor estadual do CAR no Estado, e  
1152 dentro da instrução normativa tem um artigo que fala sobre essa questão dos  
1153 cartórios. Não existe o cadastro por matrícula. Então eu não vejo essa necessidade. Se  
1154 você quiser, até posso mandar um e-mail, porque realmente recebemos muitas  
1155 solicitações e reclamações por parte dos cartórios por causa dessa exigência da  
1156 inscrição por matrícula. Mas isso já é posto na instrução normativa do CAR. Então eu  
1157 acho que até para mostrar. Nós sempre orientamos o cartório sobre a instrução  
1158 normativa justamente porque muitos fazem a retificação para atender o cartório, e o  
1159 problema depois volta para a gente que é do órgão ambiental. Ele está fazendo a  
1160 inscrição em desacordo ao conceito de imóvel rural, e aí nós vamos ter que analisar  
1161 isso depois. Se você quiser, entre em contato com a gente. Nós temos um canal  
1162 próprio do Cadastro Ambiental Rural, que é o ‘duv.sicarmg’, que respondemos

1163 diariamente essas informações. E todas as vezes que chega esse tipo de manifestação  
1164 de cartório, nós colocamos essa questão que já está posta na legislação.” Conselheiro  
1165 Tobias Tiago Pinto Vieira (Mover): “Se possível, me encaminhe o e-mail no chat, a  
1166 gente troca uma figurinha por ali, eu divulgo esse material, e talvez fica mais fácil.”  
1167 Raoni Rajão/UFMG: “Conselheiro Tobias, obrigado pela pergunta. Vale primeiro um  
1168 esclarecimento, que hoje poucos produtores sabem, mas toda vez que o produtor, em  
1169 todo o Brasil, vende o gado para os frigoríficos de porte médio e, principalmente, os  
1170 grandes, o Cadastramento Ambiental Rural dele já é submetido a uma análise por uma  
1171 empresa privada. E às vezes o produtor, como no caso citado por esse produtor que  
1172 você comentou, tem negado a venda e nem sabe o motivo. Ou seja, existe um  
1173 problema de assimetria de informação. E um dos objetivos do Selo Verde é  
1174 exatamente isso, já fornecer gratuitamente aquilo de modo tal para o produtor poder  
1175 ter, de certa forma, o mesmo tipo de visão que o frigorífico ambientalmente vai ter. E  
1176 esse dado, no caso, da estrutura do Pará, também é distribuído para as empresas  
1177 privadas via API, então os grandes frigoríficos e as empresas de geo têm acesso a isso.  
1178 Obviamente, sem os dados pessoais. Se pede o código, e retornam as informações. E  
1179 também tem um módulo adicional, um sistema que foi desenvolvido pelo Ministério  
1180 Público Federal no Pará e no Mato Grosso, que possibilita o produtor, através de um  
1181 sistema que é desenvolvido por empresas privadas e que é autorizado pela Secretaria  
1182 de Meio Ambiente, possa fazer uma análise daquele imóvel e iniciar o processo de  
1183 restauração florestal e de regularização para fins de desbloqueio perante o TAC, o  
1184 Termo de Ajuste de Conduta que os frigoríficos têm assinado nesses Estados. Isso  
1185 enquanto, por exemplo, o Estado faz a análise. É claro, se o produtor depois deixa de  
1186 responder a análise do Estado, essa autorização temporária cai. Mas o fato é que  
1187 existem ali também mecanismos que buscam acelerar isso. E a discussão sobre esses  
1188 processos, inclusive para trazer essas experiências de outros Estados, é um dos  
1189 objetivos da nossa colaboração.” Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello (Faemg): “Eu  
1190 estou aqui em nome do nosso presidente. Ele tem uma agenda externa, mas ouviu o  
1191 início da apresentação com muita atenção e pediu para repassar as informações do  
1192 restante da reunião, dessa pauta, inclusive, demonstrando muita preocupação em  
1193 relação à sustentabilidade das propriedades rurais. Esse é um dos papéis da Federação,  
1194 levar a sustentabilidade e condições para que se alcance a sustentabilidade das  
1195 propriedades rurais, daquelas que ainda não a têm. Nós temos um Estado, como já foi  
1196 dito pelo professor Raoni Rajão e pela secretária Marília, com a maioria das  
1197 propriedades de pequeno porte, mas temos também o médio produtor rural e o  
1198 grande. Aqui na Faemg nós representamos os interesses de todos esses produtores da  
1199 base de Minas Gerais, onde temos vários exemplos de tecnologias, de capacitações,  
1200 de atuação na ponta. O que não ficou muito claro foram alguns processos em relação  
1201 ao CAR 2.0 e o Selo Verde. Mas, de antemão, eu já adianto aqui, até é uma pergunta

1202 também do nosso presidente. A Faemg gostaria de saber mais detalhes, de estar mais  
1203 envolvida, mais por dentro desses meandros desses processos, como que serão essas  
1204 questões, para que possamos ou não recomendar o uso dessas ferramentas. Nós  
1205 temos uma base muito grande de produtores rurais e prezamos pela aplicação do  
1206 Código Florestal e pela segurança jurídica das atividades nas propriedades rurais.  
1207 Dessa forma, gostaríamos de ter mais informação e uma interação mais próxima com  
1208 a Semad, o IEF, a Seapa nas tratativas, nas metodologias, nos processos que envolvem  
1209 o CAR 2.0 e o Selo Verde. Não só como receptores das ferramentas na ponta  
1210 simplesmente para aplicação. Gostaríamos de estar envolvidos na construção e nos  
1211 processos para que tenhamos a segurança de transmitir isso ou não aos nossos  
1212 produtores rurais. Mas estamos, sim, imbuídos nessa questão da sustentabilidade no  
1213 meio rural, como a própria secretária afirmou, em que Minas lidera e muito em relação  
1214 ao restante do Brasil, e o Brasil em relação ao mundo na nossa agricultura sustentável.”  
1215 Conselheira Maria Dalce Ricas (Amda): “Eu gostaria de perguntar ao Raoni. Se eu  
1216 entendi bem, ele disse que somente 3% das propriedades rurais de Minas têm déficit  
1217 de reserva legal. Se eu entendi bem, qual é a base de dados para esse tipo de  
1218 estimativa ser feito?” Raoni Rajão/UFMG: “Respondendo a questão técnica de como o  
1219 dado foi derivado, nós analisamos os cerca de 900 mil imóveis, individualmente,  
1220 considerando o uso da terra. No caso, como é uma análise preliminar, utilizamos o  
1221 MapBiomas para poder representar o uso da terra em 2008, e aplicamos as supressões  
1222 do Código Florestal; e no caso do Cerrado aplicamos o desmatamento, no caso, do  
1223 Prodes. Então é basicamente essa, em poucas palavras, a metodologia que nos fez  
1224 chegar a esses resultados, que são preliminares. Porque um dos desafios principais do  
1225 estudo vai ser exatamente gerar um mapa de alta resolução que represente o uso  
1226 consolidado em 2008. Nós já temos um caminho traçado, inclusive com imagens Spot,  
1227 que são com 5 m de resolução. Nós já temos acesso às imagens. Agora da imagem  
1228 bruta até o mapa existe um caminho longo a ser percorrido, e nós estamos já  
1229 trabalhando nessa direção, inclusive, em cooperação com o Inpe, entre outras  
1230 instituições. Tenho certeza que essa é a posição do Estado, da sua Secretaria de Meio  
1231 Ambiente, mas também da de Agricultura, e aproveito e coloco também a  
1232 Universidade Federal de Minas Gerais à disposição da Faemg, porque nós entendemos  
1233 que é através de diálogo e através do processo construtivo que a gente consegue  
1234 chegar a um resultado efetivo. Porque no final das contas, inclusive, vale a pena  
1235 reenfatizar que a filosofia de todo esse projeto realmente é gerar zero trabalho  
1236 adicional para o produtor rural. É um sistema que apoia a atuação do governo na  
1237 aplicação das regras já existentes e com isso facilita a determinação dos produtores  
1238 que já estão efetivamente regulares perante o Código Florestal. Essa é, de certa forma,  
1239 uma das filosofias principais, exatamente porque nós entendemos que o produtor já  
1240 tem uma carga de trabalho muito grande, já tem que responder ao PRA, já tem que

1241 emitir as guias para poder movimentar o gado, para poder vender. Ou seja, não faria  
1242 sentido impor a ele um trabalho adicional. O xis da questão é que como nós podemos  
1243 otimizar o trabalho da porta do governo para dentro e com isso dar uma resposta mais  
1244 efetiva para a sociedade.” Conselheira Maria Dalce Ricas (Amda): “Raoni, quando você  
1245 fala que o objetivo é não impor mais ônus e dificuldades aos proprietários rurais, você  
1246 inclui nesse conceito, inclusive, os grandes latifúndios, as empresas do agronegócio  
1247 associadas tanto a pessoas físicas quanto a pessoas jurídicas?” Raoni Rajão/UFMG: “A  
1248 ideia é não ter um ônus adicional, é ter o ônus que é necessário perante a legislação  
1249 vigente. O ponto é: se você tem uma situação onde não foi verificado um déficit  
1250 ambiental, exigir o redesenho de certas feições daquele cadastro, sendo que aquilo  
1251 não vai gerar uma árvore a mais plantada no chão, não vai melhorar a qualidade da  
1252 água, simplesmente vai gerar um custo, não faz sentido. Agora por outro lado, aquele  
1253 produtor que tem um déficit, que não tem a reserva legal que deveria ter, que a APP  
1254 dele está degradada, a partir do momento, inclusive, que você acelera e tira da fila  
1255 aqueles que não têm déficit, você também possibilita ao Estado, de fato, monitorar e  
1256 cobrar aqueles que têm déficit. Então ao você otimizar a atuação do Estado você tem  
1257 também uma melhoria da qualidade ambiental, que é, obviamente, o objetivo da  
1258 implementação do Código Florestal e do funcionamento e da atuação do governo  
1259 nessa agenda. Essa é a filosofia pelo menos enquanto pesquisa, enquanto  
1260 aconselhamento aqui nesse processo.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito  
1261 obrigada, professor. Eu queria mais uma vez agradecer a sua parceria, a sua  
1262 participação aqui hoje no Copam. Para nós é uma honra fortalecer a cada dia esses  
1263 vínculos com você e a equipe da UFMG em que você participa, para que possamos dar  
1264 efetividade às políticas públicas ambientais, especialmente aquelas que trazem  
1265 resultados práticos do ponto de vista da implementação da Política de Mudanças  
1266 Climáticas no Estado de Minas Gerais. Muito obrigada, professor Raoni.” **10)**  
1267 **ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente  
1268 Marília Carvalho de Melo agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a  
1269 sessão, da qual foi lavrada esta ata.

1270

1271

---

## APROVAÇÃO DA ATA

1272

1273

1274

**Marília Carvalho de Melo**

1275

Presidente do Conselho Estadual de Política Ambiental